



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DALILA MORAIS DE SOUSA

**DESAFIOS E ATUAÇÃO DOCENTE NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS/TO**

Tocantinópolis/TO
2022

DALILA MORAIS DE SOUSA

**DESAFIOS E ATUAÇÃO DOCENTE NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS/TO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Ciências Sociais para obtenção do título de Licenciatura e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dr^a Miriam Martinez Guerra.

Tocantinópolis/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M827d Morais de Sousa, Dalila.

DESAFIOS E ATUAÇÃO DOCENTE NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL
DA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS/TO. / Dalila Morais de Sousa. –
Tocantinópolis, TO, 2022.

61 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Ciências Sociais, 2022.

Orientadora : Míriam Martinez Guerra

1. Professores. 2. Sala de Recursos Multifuncionais. 3. Educação
inclusiva. 4. Inclusão. I. Título

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DALILA MORAIS DE SOUSA

**DESAFIOS E ATUAÇÃO DOCENTE NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL DA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS/TO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Ciências Sociais para obtenção do título de Licenciatura e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 09/06/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dra Míriam Martinez Guerra (Orientadora, UFNT)

Prof. Msc. Roberta Avila Pereira (Examinadora, UFNT)

Prof. Dra Esmeralda Figueira Queiroz (Examinadora, UFNT)

Tocantinópolis, TO
2022

*Dedico este trabalho à minha querida mãe
Maria das Neves Alves de Moraes.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vitória alcançada. À minha querida orientadora professora Dr^a Míriam Martinez Guerra pela presteza, suporte, correções e incentivo durante todo o processo de escrita e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

À minha querida família, em especial aos meus irmãos Simone Alves de Moraes, David Sousa de Moraes, Ilana Moraes de Sousa e Danilo Moraes de Sousa. Aos meus sobrinhos João Eduardo Moraes e Liah Moraes Grilo. Aos meus queridos avós Antonio Pereira de Moraes e Dalila Alves Bezerra (in memoriam).

Aos meus colegas de faculdade e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar os desafios dos professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais e conhecer como é que se dá a organização desse espaço para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas no contexto de uma Escola pública Estadual da cidade de Tocantinópolis, em Tocantins. O desenvolvimento deste estudo se deu com base na perspectiva teórica da Educação Especial e Educação inclusiva, campo do conhecimento que vem rompendo com uma trajetória de exclusão e segregação de pessoas com deficiência. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi orientada pela perspectiva teórica da Educação Inclusiva. A geração dos dados pautou-se na realização de entrevistas com as professoras da escola participante da pesquisa e na análise de documentos que norteiam o trabalho didático na escola. Com o desenvolvimento deste estudo, conhecemos trajetórias de vida profissional de professoras que atuam na Sala de Recursos Multifuncional e, sob o ponto de vista dessas professoras, observamos diversos desafios enfrentados por elas no cotidiano escolar. Além disso, nas falas das professoras foi possível notar estratégias metodológicas utilizadas por elas, o que nos permitiu notar que o trabalho didático-pedagógico no viés da Educação Inclusiva é complexo e demanda profissionais criativos e comprometidos com a práxis educativa e com a sua formação em razão do atendimento envolver alunos com diferentes tipos de necessidades especiais, o que leva as professoras a trabalharem com cada aluno de maneira específica. Concluímos que, na escola investigada, as professoras revelam dificuldades em atingir a inclusão e trabalham a partir da integração, isso em razão de haver alunos não atendidos plenamente em suas necessidades, seja pela falta de material didático ou pela ausência de profissional qualificado para acompanhar o estudante na sala regular, o que impede que o estudante seja de fato incluso.

Palavras-chave: Professores. Sala de Recursos Multifuncionais. Educação Inclusiva. Inclusão. Integração.

ABSTRACT

The present research aims to investigate the challenges of teachers who work in the Multifunctional Resource Room and to know how this space is organized for the development of didactic-pedagogical activities in the context of a State Public School in the city of Tocantinópolis, in Tocantins. The development of this study was based on the theoretical perspective of Special Education and Inclusive Education, a field of knowledge that has been breaking with a trajectory of exclusion and segregation of people with disabilities. The research, with a qualitative approach, was guided by the theoretical perspective of Inclusive Education. The generation of data was based on interviews with the teachers of the school participating in the research and on the analysis of documents that guide the didactic work in the school. With the development of this study, we know the professional life trajectories of teachers who work in the Multifunctional Resource Room and, from the point of view of these teachers, we observe several challenges faced by them in the school routine. In addition, in the teachers' statements, it was possible to notice methodological strategies used by them, which allowed us to notice that the didactic-pedagogical work in the Inclusive Education bias is complex and demands creative professionals committed to educational praxis and to their training. The reason why the service involves students with different types of special needs, which leads the teachers to work with each student in a specific way. We conclude that, in the investigated school, the teachers reveal difficulties in achieving inclusion and work from the point of view of integration, this because there are students who are not fully attended to in their needs, either due to the lack of teaching material or the absence of a qualified professional to accompany the student in the regular classroom, which prevents the student from actually being included.

Keywords: Teachers. Multifunctional Resource Room. Inclusive education. Inclusion. Integration.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1 – Documentos Coletados.....	17
Quadro 2 – Estrutura Física/ dependências da Escola.....	18
Fotografia 1 - Sala de Recursos Multifuncionais.....	19
Fotografia 2 – Sala de Recursos Multifuncionais.....	20
Fotografia 3 – Sala de Recursos Multifuncionais.....	20
Fotografia 4 – Sala de Recursos Multifuncionais.....	21
Fotografia 5 – Sala de Recursos Multifuncionais.....	21
Quadro 3 – Matrículas na Educação Especial/Ensino Médio.....	30
Quadro 4 – Modelo de Ficha/Orientações para o professor da Sala Regular.....	32
Quadro 5 - Modelo de Ficha/ Alunos que precisam de provas adaptadas.....	33
Quadro 6 – Modelo de Ficha /Caráter Pedagógico.....	33

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CF – Constituição Federal

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

COVID – Corona Vírus Disease

dB - Decibéis

IBC – Instituto Benjamim Constant

INES – Instituto Nacional dos Surdos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPI – Proposta Pedagógica Inclusiva

PPP – Proposta Político Pedagógica

SRM – Sala de Recursos Multifuncionais

SEDUC – Secretaria de Educação

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UOL – Universo Online

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Razões para o desenvolvimento da pesquisa.....	14
1.2 Problema e questões de pesquisa.....	15
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo Geral.....	16
1.3.2 Objetivos Específicos.....	16
2 METODOLOGIA	16
2.1 Instrumentos e Técnicas de Pesquisa.....	16
2.2 Local e Participantes da Pesquisa.....	17
3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
3.1 Educação Especial e Educação Inclusiva.....	27
3.2 Integração e Inclusão.....	28
3.3 Educação Inclusiva na escola foco da pesquisa.....	29
4 DESAFIOS E ATUAÇÃO DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	34
4.1 “Resistência” a implementação da Educação Inclusiva.....	37
5 O QUE DIZEM AS EDUCADORAS SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	39
5.1 Quem são as professoras da sala de recursos multifuncionais.....	39
5.2 Desafios sob o ponto de vista das educadoras.....	41
5.2.1 Estratégias metodológicas.....	45
5.2.2 Ações promovidas pela escola como estratégias metodológicas.....	47
5.2.3 Integração ou inclusão sob o ponto de vista das educadoras.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	54

1 INTRODUÇÃO

De início ressaltamos que a pesquisa foi desenvolvida durante o período pandêmico, e por esta razão, técnicas e instrumentos de pesquisa foram limitados. Procuramos nos adequar a nova realidade a qual estávamos vivendo e assim aderir meios para a realização do trabalho, pois como todos sabem em março de 2020 uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro no começo da pandemia de covid-19 foi o fechamento das escolas.

Desta forma, o atendimento da educação inclusiva modalidade de ensino a qual nos propomos a pesquisar assim como as demais modalidades de ensino estavam paradas.

Destacamos, no entanto que a educação inclusiva é uma abordagem que procura responder às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com foco específico nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou enfrentam barreiras para a participação nos processos de aprendizagem escolar. (ALVES, 2006, p. 9).

Segundo Batista (2007, p. 26), “o atendimento educacional especializado (AEE) garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimentos, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns”. E afirma:

ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos representam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aulas comuns do ensino regular. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se às exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular. (BATISTA, 2007, p. 26).

Já Mantoan (2011), esclarece que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), trata-se de:

“um atendimento diferenciado, que tem sede constitucional e que não exclui as pessoas com deficiência dos demais princípios e garantias relativos à educação. Assim, é ali previsto como acréscimo. Porém, é mais que um acréscimo ao direito básico à educação. Desta forma, o AEE é chamado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de educação especial”. (MANTOAN, 2011, p. 119)

Segundo a autora já citada acima o Atendimento Educacional Especializado vem sendo executado de duas formas. A primeira baseia-se na organização de escolas separadas, que são chamadas de especiais ou especializadas, voltadas apenas para pessoas com deficiência, onde às vezes se pode até cursar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e acaba substituindo totalmente o acesso a escola comum.

A segunda forma que se pode executar o ensino especializado é a inclusão escolar, a frequência a um mesmo ambiente por alunos com e sem deficiência. Aqui o Atendimento Educacional Especializado será tratado como apoio e complemento, o qual é destinado a oferecer aquilo que há de específico na formação de um aluno com deficiência, sem impedi-lo de frequentar, quando na idade cronológica própria, ambientes comuns de ensino em estabelecimentos oficiais. Entendendo que:

o atendimento educacional especializado, ou educação especial, se realizado dessa forma, como apoio, não se traduz em negação de acesso a direitos. Ao contrário, é extremamente válido e recomendável. Traduz-se em mais um direito para as pessoas com deficiência, entre os vários que elas, como qualquer ser humano, têm no tocante à educação. (MANTOAN, 2011, p. 19).

Esta segunda forma de execução do Atendimento Educacional Especializado apontado pela autora acima é a forma a qual a escola pesquisada desenvolve, já que a mesma se dá em uma escola comum. Este atendimento especializado, no entanto é tratado como apoio e complemento.

A Declaração de Salamanca, que ocorreu em Salamanca, Espanha, entre 07 e 10 de junho de 1994, a qual afirmou o compromisso para com a Educação para Todos, reconheceu a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. Os governos foram incitados a “garantir que, no contexto de uma mudança sistemática, os programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas”. (1994, p. 2).

Desta forma, entendemos ser necessário o desenvolvimento deste estudo devido ao fato de propormos investigar os desafios enfrentados pelos professores na interação com alunos com necessidades especiais, com o objetivo de tratar questões ligadas à modalidade de ensino da Educação Especial da educação básica brasileira e evidenciar a relevância e as contribuições da Educação Inclusiva (CARVALHO, 2004; RODRIGUES, 2006; BATISTA, 2007; MANTOAN, 2011; MENDONÇA, 2015), campo de estudo, ligado à grande área da Educação, que vem rompendo com uma trajetória de exclusão e segregação de pessoas com deficiência.

A área de conhecimento da Educação Inclusiva busca produzir conhecimentos e promover reflexão sobre inclusão escolar, na medida em que leva o educador a refletir sobre seu trabalho, o que inclui o uso de recursos informatizados, específicos e que diferem dos recursos utilizados nas salas de aula comum¹. Nesse sentido, a Educação Inclusiva é entendida como o

¹ Seguem níveis de ensino e faixas etárias estabelecidas.

processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais físicas, mentais, altas habilidades/superdotação e distúrbios de aprendizagem. (BRASIL, 2010).

“A Educação Especial é uma modalidade de ensino no nível de ensino básico brasileiro, se constitui em um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, a qual conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal do ponto de vista legal, ao considerar as situações históricas de exclusão dentro e fora da instituição escolar”. (BRASIL, 2007, p. 1).

A Educação Especial é uma modalidade de ensino, e esta modalidade pode ser vista na perspectiva da Educação Inclusiva, pois de acordo com Brasil (2010, p. 10), a Educação Inclusiva seria uma “ação política, cultural, social e pedagógica”.

O avanço da Educação Inclusiva, no Brasil, se deu com a promulgação da Constituição Federal brasileira (CF doravante), em 1988. A partir da CF, as políticas educacionais para a Educação Especial foram ampliadas no país, com base na Declaração de Direitos Humanos.

O Decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. (BRASIL, 2008, p.11).

Para que a inclusão de fato aconteça, na escola, fazem-se necessárias mudanças de paradigmas, provocando alterações nas práticas educativas e na comunidade escolar como um todo.

1.1 Razões para o desenvolvimento da pesquisa

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico surgiu a partir de minhas atividades de observação de aulas de Sociologia, em uma escola pública estadual na cidade de Tocantinópolis, em salas de aula do ensino médio, durante o período que cursei as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado III e IV do curso de Ciências Sociais, da UFNT.

Em minhas observações, notei algumas das dificuldades apresentadas por alguns dos alunos do ensino médio, durante o atendimento especializado. Via que o atendimento se dava de forma a atender alunos de diferentes deficiências em um mesmo espaço, o que me deixava um tanto surpresa, pois atender alunos com diferentes necessidades num mesmo momento é um tanto desafiador para os professores. A partir de minhas observações, enquanto estagiária,

ficou claro que grandes são os desafios dos professores, para atender as diferentes necessidades de seus alunos com necessidades especiais. Essa experiência na escola me fez desenvolver alguns questionamentos, que se constituíram o problema de pesquisa que apresento, a seguir.

1.2 Problema e questões de pesquisa

É sabido que a formação de professores é muito relevante para que, na escola, os alunos especiais venham ultrapassar barreiras de certos conhecimentos que dificultam a aprendizagem nas salas de aulas comuns. Notoriamente:

[...] a formação de professores é fundamental para que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada aluno, de forma que uma incapacidade para andar, ouvir, enxergar, ou um déficit no desenvolvimento não sejam classificados como falta de competência para aprender e nem causa para que os alunos desistam da escolarização (ALVES, 2006, p. 9).

Por outro lado, segundo Batista (2007, p. 12), “a função primordial da escola comum é a produção do conhecimento. A deficiência mental, por exemplo, coloca em xeque essa função da escola, já que o educando que apresenta alguma deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, o que, invariavelmente, não corresponde ao ideal normalmente visto pela escola”.

Compreendemos que as Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimento pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolva o currículo e participe da vida escolar (ALVES, 2006, p. 13).

A sala de recursos multifuncionais é organizada com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades especiais. Diante disso, surgem algumas questões que norteiam a pesquisa:

- (1) Quais são os desafios declarados pelos professores da escola participante da pesquisa, quanto ao trabalho com alunos deficientes na Sala de Recursos Multifuncionais?
- (2) Como esses professores têm desenvolvido seu trabalho pedagógico?
- (3) Quais são as estratégias metodológicas que utilizam para atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência?

A partir desses questionamentos, elaboramos os objetivos a seguir.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Investigar os desafios enfrentados pelos educadores que atuam na Sala de Recursos Multifuncional.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Identificar quem são os professores que desenvolvem trabalho pedagógico na Sala de Recursos Multifuncionais da escola em foco;
2. Conhecer a organização do espaço educacional denominado Sala de Recursos Multifuncionais, no contexto da escola;
3. Investigar as estratégias metodológicas utilizadas pelos professores na busca de atender as necessidades educacionais de seus alunos.

1.4 Organização do trabalho

Este trabalho está organizado em 3 capítulos. O primeiro capítulo é um breve histórico sobre a Educação Inclusiva. No segundo capítulo apresentaremos sobre os desafios e atuação docente na sala de recursos multifuncionais. Enquanto no terceiro capítulo abordaremos sobre quem são os professores da sala de recursos multifuncionais.

2 METODOLOGIA

2.1 Instrumentos e técnicas utilizadas

Para o desenvolvimento desta pesquisa, de abordagem qualitativa, realizamos revisão bibliográfica, coleta de documentos, entrevistas, gravação e transcrição de entrevista em áudio e anotações em diário de campo sobre as entrevistas realizadas.

As entrevistas ocorreram com as duas professoras da Sala de Recursos e se deu de forma presencial (seguindo todas as normas do Ministério da Saúde, utilizando máscara e mantendo a distância recomendada) e através do aplicativo WhatsApp e documentos da escola foram-me enviados por e-mail. Os livros para leitura do tema estudado foram solicitados à biblioteca da UFNT, por e-mail, depois recebíamos um e-mail com data e horário para buscá-los. Abaixo listamos os documentos da escola recebidos, por e-mail, e por quem foram cedidos:

Quadro 1. Documentos coletados.

DOCUMENTO COLETADO	CEDIDO POR/PELA
Proposta Pedagógica Inclusiva	Professoras da sala de recursos
Projeto Político Pedagógico da escola	Coordenadora da escola
Lista de matrículas de alunos com deficiência	Secretaria da escola
Ficha de orientações para o professor da sala regular	Professoras
Ficha de caráter pedagógico	Professoras
Ficha de alunos que precisam de provas adaptadas	Professoras
Modelo de atividades	Professoras

Durante este período de pandemia os alunos da Sala de Recursos Multifuncionais participavam somente das aulas da sala regular, pelo Google Meet, com uso de roteiros. O atendimento da Sala de recursos ficou organizado da seguinte forma: as atividades da sala de recursos não eram enviadas aos alunos no período de pandemia, pois segundo as professoras ficaria pesado terem que fazer as atividades da sala regular e da sala de recursos. As professoras da Sala de Recursos recebiam os roteiros e faziam as adequações curriculares e as adaptações necessárias para que os alunos fizessem as atividades. No período pandêmico, não se trabalhou com portfólio, os alunos recebiam em casa os roteiros, juntamente com os recursos didáticos a qual era feita a orientação específica para os alunos da Sala de Recursos, isto acontecia no contra turno, ou seja, no período em que o aluno não estava em contato com a professora da sala regular via WhatsApp ou, às vezes, via Google Meet, já que muitos alunos da Sala de Recursos não tinham acesso à internet facilmente.

Assim que as aulas remotas tiveram início, o trabalho da Sala de Recursos Multifuncionais foi sistematizado numa Proposta Pedagógica. As professoras se organizaram e escreveram o documento, a metodologia e também realizaram entrevistas com os pais e alunos.

2.2 Local e Participantes da Pesquisa

A escola participante da pesquisa foi fundada aos 14 de abril de 1954, ela é confessional católica apostólica romana e tem como entidade mantedora a Pequena Obra da Divina Providência, popularmente conhecida como Congregação Orionita.

Dado o fato de a escola ter caráter “religioso e filosófico”, é informado aos alunos, pais e profissionais sobre a realização de Missas periódicas e orações. Essas atividades religiosas são práticas realizadas no cotidiano escolar. (TOCANTINÓPOLIS, 2019, p. 5).

A escola faz parte da rede pública estadual, e em 2020, teve 520 alunos matriculados. No nível da Educação Fundamental (6º e 9º ano), o total foi de 163 alunos matriculados e no

Ensino Médio (1º e 3º ano) houve 357 alunos matriculados, distribuídos em 12 turmas atendidas no turno matutino e 1 turma atendida no turno noturno. Na modalidade de ensino da Educação Especial teve total de 26 alunos matriculados, em 2020, atendidos no período matutino e vespertino.

A escola oferta o ensino em três turnos:

- 7h: 15 min às 11h:40 min – Turno matutino 9º e Ensino Médio Regular.
- 13 h:00 min às 17h min – Turno vespertino 6º ao 9º ano do Ensino fundamental.
- 18h: 50 min às 22h: 10min – Turno noturno Ensino Médio Regular.

A escola dispõe de uma biblioteca, como também de um laboratório de informática, contendo 11 computadores com livre acesso para alunos (com acesso à internet) e funcionários, mediante agendamento. Além disso, há outros espaços que constituem o cenário da escola, como exposto no quadro a seguir:

Quadro 2. Estrutura física/dependências da Escola

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE
Sala de aula	14
Biblioteca	01
Sala de Planejamento	01
Sala de Recursos Multifuncionais	02
Sala Administrativa	07
Quadra de esporte	02
Área livre	15
Auditório	01
Banheiro	06
Depósito de merenda	02
Almoxarifado	03
Cozinha	01
Laboratório de Informática	01
Rádio Escolar	01
Depósitos outros	04

Fonte: Projeto Político Pedagógico (TOCANTINÓPOLIS, 2020, p. 6).

Como podemos observar, a escola dispõe de duas Salas de Recursos Multifuncionais. Nas referidas salas foram instalados um bebedouro, o banheiro foi adaptado e construída rampas de acesso. Esses benefícios realizados nas Salas de Recursos Multifuncionais não contribuíram somente para o trabalho das professoras, mas, principalmente, permitiu aos alunos a utilização do espaço com mais segurança e autonomia.

Na imagem a seguir podemos observar que a Sala de Recursos Multifuncionais é ampla, a mesma é climatizada, possui duas mesas redondas (ideal para a sala de recursos) com quatro cadeiras cada uma, há um armário de aço que é utilizado para guardar materiais dos estudantes, tais como: dossiê, cadernos de atividades e livros pedagógicos. Já os cabides são utilizados para expor cartazes, o painel do alfabeto em libras (Língua Brasileira de Sinais) e materiais confeccionados.

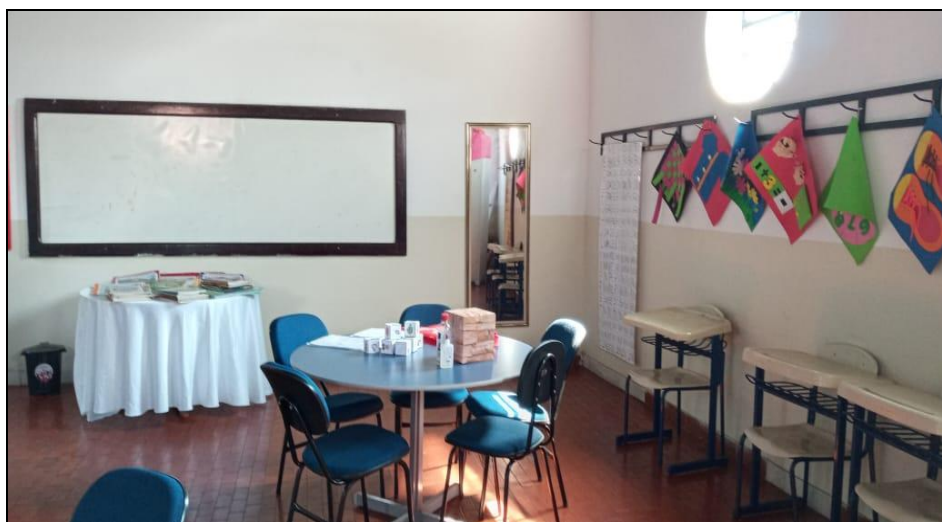
Fotografia 1. Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Arquivo próprio, Tocantinópolis, 19/10/2021.

Na imagem abaixo podemos observar que na sala tem um quadro branco (utilizado segundo as professoras somente para colar cartazes), uma mesa contendo livros (as professoras confeccionam estes livros para serem utilizados com alunos de baixa visão, já que precisam de materiais ampliados e na mesa há também livros paradidáticos solicitados na biblioteca para as professoras do Atendimento Educacional Especializado), um espelho (utilizado para trabalhar a auto-estima e a valorização da identidade), e podemos observar além da mesa redonda com quatro cadeiras as carteiras individuais que estão encostadas na parede (utilizadas por alunos que vem fazer pesquisa).

Fotografia 2. Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Arquivo próprio, Tocantinópolis, 19/10/2021.

Já na outra imagem abaixo, podemos observar os numerais em EVA, a quantidade é representada por diferentes figuras: pássaro, cata-vento, camisas, nuvens, balão, borboletas, flores e pirulitos. Em cima da mesa temos algumas caixas com jogos pedagógicos e um tabuleiro de xadrez.

Fotografia 3. Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Arquivo próprio, Tocantinópolis, 19/10/2021.

Na fotografia a seguir podemos observar um computador o qual é utilizado para pesquisas e interação de jogos interativos. Na prateleira azul contém jogos pedagógicos, alguns para estudantes surdos e outros de acordo com as especificidades dos estudantes.

Fotografia 4. Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Arquivo próprio, Tocantinópolis, 19/10/2021.

A seguir podemos ver uma prateleira de madeira de parede a qual é utilizada para guardar livros e jogos. Em cima da mesa há algumas caixas onde são guardados materiais confeccionados pelas professoras, materiais confeccionados utilizando-se cartolina e E.V.A.

Fotografia 5. Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Arquivo próprio, Tocantinópolis, 19/10/2021.

Com base nas informações postas no Projeto Político Pedagógico (TOCANTINÓPOLIS, 2020b), há intenção de realizar gestão democrática frente aos trabalhos didáticos e administrativos da escola. Essa perspectiva democrática envolve a necessidade de envolver a comunidade escolar (composta por pais ou responsáveis, professores, funcionários, alunos e comunidade local), nas atividades da escola. Para tal, a escola desenvolveu uma maneira de conhecer sua comunidade, por meio da proposição da “carta escolar” – uma metodologia desenvolvida na década de 70, ampliada e melhorada

depois pelo Instituto Paulo Freire - que possibilitou a criação de um instrumento de sondagem, interpretação e análise de dados, permitindo desenvolver ações com vistas à construção de um planejamento coletivo. (TOCANTINÓPOLIS, 2020 b, p.11)

No ano de 2020, a partir do mês de março, a escola passou por grandes desafios no enfrentamento da covid-19, pois teve que se adaptar para administrar serviços e recursos, pois as aulas e o atendimento passaram a ser não presencial. Durante o tempo em que as aulas foram suspensas, a escola manteve diálogo com as famílias dos alunos via WhatsApp, buscando amenizar as distâncias causadas pela pandemia.

Nesse período pandêmico, a escolar criou o *Projeto juntos à distância*, visando amenizar fatores psicossociais, tais como: ansiedade, estresse, depressão, solidão, perdas e medos. O projeto foi desenvolvido por uma professora da sala de aula regular, e os alunos da Sala de Recursos Multifuncionais participaram. Os alunos da Sala de Recursos Multifuncionais também participaram deste projeto que foi criado por uma professora da sala de aula regular.

O *Projeto juntos à distância*, propunha atividades, por meio de mídias digitais. Essas atividades constituem em conhecer a função social dos poemas, através da identificação de suas características e do contato com os diversos tipos de poemas e com poetas e poetisas locais, regionais e nacionais. O poema abaixo foi parte de uma dessas atividades online e foi escrito por um aluno da escola:

CORONAVÍRUS

Aqui estou eu em meio a tanta algazarra
Com medo desse troço
Que não me deixa fazer farra
Nem me reunir com os amigos posso

Sem poder ir à escola
Só enfiado dentro de casa
Sem nem mesmo jogar bola
Meu cérebro se defasa

Vim aqui para o tempo passar
Netflix eu cansei de assistir
Pois isolado tenho que ficar
Com o sofá estou prestes a me fundir

Procuro um meio para me expressar
O governo, de sair veio a nos proibir
Por causa do Corona, que agora venho a falar
Esse vírus teremos que inibir

Desse vírus tento me prevenir

Para no final com minha família comemorar
Não consigo me divertir
Como não se cansar de tanto em casa ficar?

Autor: G. S. A
Turma: 23.05

3 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamim Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2010, p. 11).

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (BRASIL, 2007, p. 2).

Segundo o Ministério da Educação a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os “superdotados”, não promovem a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. (BRASIL, 2007, p. 2).

Em 1971, o Ministério da Educação criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistencialistas e iniciativas isoladas do Estado. E afirma:

neste período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem. (BRASIL, 2010, p. 11).

O Ministério da Educação (2010) ressalta que:

a Constituição Federal de 1988, traz como um de seus objetivos fundamentais “promover o bem a todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um

dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Art.208). (BRASIL, 2007, p. 2)

Em 1994 em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho na Conferência Mundial de Educação Especial, foi reafirmado o compromisso para com a Educação para Todos que ocorreu na Conferência de Jonmtien, na Tailândia em 1990. Nele foi reconhecido a necessidade e urgência do providencialismo de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino. (BRASIL, 1994, p.1). No documento já citado a cima é destacado que a UNESCO, dentre outras responsabilidades, ficou responsável por “mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidades educacionais especiais”. (BRASIL, 1994, p.2).

Pois para atendimento às necessidades educacionais dos alunos, é necessário que o professor tenha curso de graduação, pós-graduação ou formação continuada que o habilite em atuar na Educação Especial, pois a educação inclusiva tem por finalidade atender a necessidades de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, com foco nas pessoas ou grupo de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação.

Vale ressaltar que:

a tendência em política social durante as duas últimas décadas tem sido a de promover integração e participação e de combater a exclusão. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desenvolvimento e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades. Experiências em vários países demonstram que a integração de crianças e jovens com necessidades especiais é melhor alcançada dentro de escolas inclusivas, que servem a todas as crianças dentro da comunidade. É dentro deste contexto que aqueles que com necessidades educacionais especiais podem atingir o máximo progresso educacional e integração social. (BRASIL, 1994, p. 3).

Em consonância com a Declaração de Salamanca, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 1998), explicam que a escola regular deve adotar uma nova postura, propondo no Projeto Político Pedagógico das escolas (no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e nas estratégias de ensino), ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas. O pressuposto a essa diretriz é que numa escola inclusiva a diversidade é valorizada em detrimento da homogeneidade, oferecendo a todos os alunos maiores oportunidades de aprendizagem. Isso envolve a noção de que:

[...] ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas provêem um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais famílias e voluntários [...] (BRASIL, 1994, p. 3).

A Declaração de Salamanca (1994) afirma ainda que os pais constituem parceiros privilegiados no que concerne às necessidades especiais de suas crianças, eles deveriam, ter a chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para as suas crianças. Essas informações evidenciam a necessidade de cooperação uma parceria cooperativa e apoio entre administradores escolares, professores e pais.

Mediante esses fatos históricos sobre o tema, vale salientar que, para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada:

conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recurso, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos recursos de educação especial. (BRASIL, 2010, p. 24).

Os marcos político-legais da Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2010, p. 25), mostram que, para assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas, a formação do educador deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e Justiça.

Além do mais, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 13.146/15 fala da institucionalização do Atendimento Educacional Especializado no projeto pedagógico, cabendo ao poder público assegurar criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. (LBI, 2015, p. 12).

A LBI (2015, p.13), relata ainda sobre a necessidade de “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio”.

Observamos que a Educação Especial tem sido expandida no país, é o que revela dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), sobre o censo escolar de 2018. O número de matrículas de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns (incluídos) ou em classes especiais exclusivas chegou a 1,2 milhão em 2018, o que representa aumento de 33, 2% em relação a 2014. Esse aumento foi influenciado pelas matrículas de ensino médio que

dobraram durante o período. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos que compõe a Educação Especial, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92, 1% em 2018.

3.1 Educação Especial e Educação Inclusiva

De acordo com Mendonça (2015, p. 1)

a educação no Brasil passou por diversas transformações. No século passado e início deste, houve mudanças significativas em todos os níveis da educação. Desde a Educação Infantil até as Universidades, este processo ocorreu em meio a mudanças mundiais educacionais e legislações que avançaram no propósito de alcançar alunos nos diversos lugares que ele esteja e também as pessoas com deficiências.

Para essa autora, no Brasil, as transformações ocorreram especificamente no âmbito da escola especial e inclusiva, as quais estão envolvidas em um significado maior que é o atendimento do aluno com deficiência. Mendonça (2015, p. 02) então esclarece:

quando as pessoas sofrem de algum tipo de incapacidade intelectual ou física, as suas necessidades podem não ser satisfeitas pelo sistema educativo tradicional. É neste caso que entra o conceito de educação especial, que, como o seu nome indica, apresenta características diferenciadas (isto é, especiais).

Ela afirma ainda que:

a Educação Especial é uma modalidade de ensino destinada a educandos com deficiências no campo de aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talento. Ela é um ramo da educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdo, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual. (MENDONÇA, 2015, p. 02).

A Educação Especial remonta ao século XVI, na época em que os surdos passaram a ter acesso a aulas diferenciadas. Com o passar do tempo, a educação especial foi institucionalizada e passou a orientar a todos de capacidades diferentes. Aliás, existe a educação especial para crianças superdotadas, cujas capacidades são mais avançadas relativamente às dos restantes alunos de sua idade. (MENDONÇA, 2015, p. 2).

Já o conceito de Educação Inclusiva surgiu com a Declaração de Salamanca, em 1994. A pretensão era a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, a qual defendia que esses alunos não poderiam ser separados dos demais por apresentar algum tipo de deficiência.

Para melhor entendimento do que é Educação Inclusiva, Mendonça (2015) cita Sasaki (1998, p. 8) o qual explica:

educação Inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão as pessoas com deficiências estudam na escola que freqüentariam se não fossem deficientes.

Podemos observar que a Educação Inclusiva difere da Educação Especial (modalidade de ensino da Educação Básica), enquanto a primeira está ligada à escola comum, a segunda volta-se a instituições especializadas, ou seja, escolas que atendem exclusivamente alunos com determinado tipo de deficiência.

Mendonça (2015, p. 6) cita algumas vantagens da Educação Inclusiva dentro da escola regular:

[...] no que tange aos alunos podemos enumerar: a convivência com o diferente, adaptação às boas convivências, maior aproximação dos alunos, auxílio aos com dificuldades, aulas mais diversificadas e significativas, maior socialização, maior interação professor/aluno, família na escola, alunos apreendem a ser pessoas e relações sócio afetivas sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo.

Em relação aos professores, as vantagens citadas por ela são:

[...] mais estudo pelo professor para atender a todos, maior dinamização da aula, não trabalha conteúdos compartimentados, maior poder de criatividade, o ensino é compartilhado na sala como um todo, trabalho em cooperação, reorganização da escola e do professor, parceira com a família e relações sócio afetivas sem tensões competitivas, mas com espírito solidária, participativo. (MENDONÇA, 2015, p. 7).

Mas, para conseguir trabalhar dentro dessa proposta educacional, “o professor precisa contar com o respaldo da direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada. Muitas vezes o professor tem ideias novas para colocar em ação em sua sala de aula, mas não é bem recebido pelos colegas e pelos demais membros da escola, devido ao descompasso entre o que está propondo e o que a escola tem o hábito de fazer para o mesmo fim”. (BATISTA *et al*, 2007, p. 14).

3.2 Integração e Inclusão

Carvalho (2004) diferencia integração e inclusão da seguinte forma:

no modelo organizacional que se constitui sob a influência do princípio da integração, os alunos deveriam adaptar-se às exigências da escola e, no da inclusão, a escola deve se adaptar às necessidades dos alunos. (CARVALHO, p. 68).

Segundo Carvalho (2004), o significado de inclusão que consta nos dicionários é ato de inserir, colocar em, fazer figurar entre. Ela afirma que em nenhum dicionário que consultou o vocábulo “integração” aparece como inserção e, considerando-se que este termo significa introduzir, pode-se dizer que é o que mais se aproxima de “inclusão”. Ela afirma também que em suas experiências atuais, a interpretação dessas mensagens pelos colegas educadores – e que não conhecem a trajetória da educação especial e a filosofia da educação inclusiva – é: “precisamos incluir, colocar nas turmas do ensino regular, sem nos preocuparmos com a integração, pois ambas são compatíveis”. (CARVALHO, 2004, p. 69). E com base dessas informações, ela traz a seguinte análise:

com esse sentido conotativo forma-se, no imaginário coletivo deles, uma representação social equivocada e prejudicial, pois parece que o fato de qualquer aluno com necessidades especiais constar da turma, estar inserido, figurar dentre os outros é suficiente, dispensando-se as ajudas e apoios necessários para a sua integração (interação) com os colegas e com os objetos do conhecimento e da cultura. (CARVALHO, 2004, p. 69).

Percebemos que há equívoco cometido por alguns educadores, os quais acreditam que o fato do aluno com necessidades especiais estar inserido na escola é suficiente, e assim eles igualam “inclusão” e “integração”.

No entanto, segundo Mantoan (2011):

a inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interação humanas. Ela não está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino, pois beneficia todos os alunos, com ou sem deficiência, que são excluídos das escolas comuns, e denuncia o caráter igualmente excludente do ensino tradicional ministrado nas salas de aulas do ensino regular. (MANTOAN, 2011, p. 69).

Como podemos observar na citação acima, a inclusão não está limitada a inserção do aluno na turma, pois a inclusão acaba por beneficiar a todos os estudantes, com ou sem laudo de deficiência.

Porém, conforme as palavras de Mantoan (2006, p.37) se os princípios da educação inclusiva vêm se fortalecendo desde meados da década de 1990, na prática é o modelo da integração escolar que ainda predomina.

3.3 Educação Inclusiva na escola foco da pesquisa

A Educação Inclusiva foi formalmente instituída na escola, foco da pesquisa a partir da criação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), autorizada em abril de 2015, com base em fundamentos e princípios filosóficos, políticos e legais, contidos na Declaração de Direitos Humanos (TOCANTINÓPOLIS, 2020, p. 2).

Em consonância com os direitos humanos, a Lei 9394 (BRASIL, 1996), objetiva promover o desenvolvimento da pessoa para a cidadania. Para tal, o desenvolvimento da capacidade de aprender tem como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Somado a isso, é desejável que o estudante do ensino fundamental desenvolva compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, o desenvolvimento da capacidade dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. É desejável que o aluno de ensino médio consolide e aprofunde os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de seus estudos.

Com isso, pode-se compreender que o ensino médio é um momento de preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Esse processo de escolarização inclui a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

Seguindo esses pressupostos, a escola tem que atender a demanda do município de Tocantinópolis por meio da oferta do AEE. Dentre o período de 2015 a 2020, o número de alunos matriculados na Educação Especial, no nível de Ensino Médio, tem variado, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3. Matrículas na Educação Especial / Ensino Médio

Anos	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade	24	41	38	28	24	26

Fonte: TOCANTINÓPOLIS, 23/06/2021.

Com base no quadro acima, podemos observar as quantidades de alunos matriculados na Educação Especial, podemos observar que o ano com mais matrículas realizadas foi em 2016, com 41 matrículas. Ao longo dos anos subsequentes, o número de matrículas desse grupo de alunos foi reduzido, acompanhando a demanda local por vagas no Ensino Médio.

Os alunos matriculados no Ensino Médio da escola apresentam condições de desenvolvimento variadas: autista, deficiente visual, baixa visão e o deficiente auditivo. Eles utilizam a sala de Recursos Multifuncional, espaço que visa estimular a aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades de linguagem oral, afetiva e escrita, do uso de material de manipulação (para facilitar a formação de conceitos abstratos), desenvolvimento de atividades lúdicas, uso de brinquedos etc. Quanto maior a interação, maiores são as chances de o estudante com deficiência desenvolver as estruturas que permitirão construir

significados ao comportamento individual e às situações a seu redor. (TOCANTINÓPOLIS, 2020a, p. 2).

Segundo a Proposta Pedagógica Inclusiva da escola, a sala de Recurso Multifuncional:

tem como principal finalidade focalizar o atendimento especializado ao aluno de forma a atender suas necessidades na linguagem oral e escrita, coordenação motora, expressão corporal e artística, conhecimento corporal, lateralidade, orientação espaço/temporal, atividades de vida autônoma, habilidades psicomotoras conhecimento lógico-matemático, conhecimento de mundo. (TOCANTINÓPOLIS, 2020a, p. 03)

Considerando essas necessidades é que os trabalhos didáticos são desenvolvidos no âmbito escolar, buscando permitir que cada aluno tenha avanço, de acordo com as suas limitações. Nesse sentido, conforme o documento aponta, “é importante que se estabeleça objetivos específicos para cada grupo e/ou aluno atendido”. (TOCANTINÓPOLIS, 2020a, p. 3).

Segundo a Proposta Pedagógica Inclusiva (TOCANTINÓPOLIS, 2020a, p. 3) da escola, as áreas contempladas no processo de atendimento aos alunos são:

- 1. Área cognitiva:** diz respeito às habilidades referentes à construção do sistema de alfabetização escrita, leitura, interpretação, produção textual, sistema de numeração decimal, espaço e forma e raciocínio lógico.
- 2. Área Socioafetiva:** diz respeito à capacidade de relacionamento interpessoal e intrapessoal no âmbito escolar familiar.
- 3. Área psicomotora:** diz respeito ao esquema corporal, domínio e conhecimento de seu corpo, imagem corporal, lateralidade.

O objetivo geral de se trabalhar essas áreas, citadas acima, é de promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos, desenvolver estímulos indispensáveis ao desenvolvimento sócio-afetivo, cognitivo e psicomotor do educando, criando situações adequadas que proporcionem a sua aprendizagem de forma a minimizar ou compensar os comprometimentos ou dificuldades existentes, de maneira complementar à sala regular e a vida cotidiana. (TOCANTINÓPOLIS, 2020a, p.03).

A metodologia será aplicada pelo educador (a) de acordo com a área do conhecimento afins do atendimento educacional especializado (Língua Portuguesa, Matemática, Arte, e Educação Física), o que permite realizar intervenção de acordo com a limitação de cada

aluno. O atendimento do aluno pode acontecer no contra turno do período que está matriculado e/ou durante o período de aula. Ou seja, se o aluno estuda pela manhã, será atendido na parte da tarde e vice-versa.

A proposta de avaliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola se dá por meio de registros e anotações diárias do professor da Sala de Recursos: elaboração de portfólio, relatórios e registro de observações que corroboram para a análise do processo de aprendizagem do estudante. Segundo a Proposta Pedagógica Inclusiva (PPI) da escola, os registros devem contemplar os seguintes aspectos: 1) desenvolvimento cognitivo, participação, convívio social e 2) desenvolvimento psicomotor.

As professoras da Sala de Recursos relatam que elaboram uma ficha, individual do estudante (conforme consta abaixo, nos quadros 4, 5 e 6), contendo orientações aos professores da sala regular.

Quadro 4. Modelo de Ficha/Orientações para o Professor da Sala Regular

DEFICIÊNCIA	ESTRATEGIAS/ORIENTAÇÕES
<p style="text-align: center;">AUDITIVA DA</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • É importante entender que uma vez que o professor se afasta do aluno, o sinal acústico é diminuído. Se a distância dobrar, o sinal diminuiu em 6 Db; • Ter um colega parceiro de atividades fornece ao aluno um apoio amigável e ajuda o professor a ter certeza de que o aluno com deficiência auditiva está engajado em todas as atividades. • Tenha certeza de que você tem a atenção do aluno. Diga o nome dele/dela ou peça a atenção da classe inteira quando for dizer algo importante; • O uso do olhar para a pessoa que está falando; • Apresentar ao aluno uma síntese provisória da aula por escrito; • Dirigir-se sempre ao aluno para localizá-lo sobre o tema que está sendo falado em sala (falar perto, devagar e olhando para o aluno); • Oferecer questões indicativas para estudo individual dos conteúdos fundamentais do objeto de conhecimento, especialmente nos textos mais extensos; • Cuidar que os vídeos utilizados tenham legenda; • Fixar em murais recados e avisos sobre trabalhos, provas, aulas práticas, mudanças de horários de atividades programadas, para garantir que o aluno com deficiência auditiva tenha acesso a todas as informações que os outros alunos estão recebendo; • Ao serem apresentados seminários pelos outros alunos, considere-se a presença do aluno com deficiência auditiva – inclusive este é um espaço significativo para uma aprendizagem diferenciada;

Fonte: Documento cedido pela professora Roberta (2021).

Quadro 5. Modelo de Ficha/Alunos que Precisam de Provas Adaptadas

ALUNO	TURMA	Tipos de questões/Orientações para elaboração
		<ul style="list-style-type: none"> • Prova ampliada em letra Verdana, fonte 16. • Inserir texto de suporte para responder as questões. • Reduzir números de questões; • Elaborar questões claras e diretas. <p>OBSERVAÇÕES: Mesmo com provas adaptadas precisa que o professor aplicador faça as devidas orientações no momento da prova.</p>

Fonte: Documento cedido pela professora Roberta (2021).

Quadro 6. Modelo de Ficha/ Caráter Pedagógico

TURMA	ALUNOS	ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS
		<ul style="list-style-type: none"> • Estabeleça limites isto deve ser devagar e com calma, não de modo punitivo. Faça isto consistentemente, previamente, imediatamente e honestamente. Mas não fique falando sem parar. Estas discussões longas são apenas diversão para ele. Seja firme; • Coloque o aluno sentado próximo a sua mesa. Isto ajuda a evitar a distração e de preferência perto de colegas que não o provoquem; • Faça com que a rotina na classe seja clara e exequível, pois o aluno tem dificuldade de seguir e obedecer regras; • Divida as atividades propostas em partes menores, mais simples, de maneira que o aluno possa compreendê-la e realizá-la. Procure a qualidade nas atividades propostas, ao invés de quantidade; • Monitore/acompanhe sempre se o aluno estiver realizando as atividades (do início ao fim), faça o aluno se sentir envolvido nas aulas. Isto vai motivá-lo; • Dentro do objeto de conhecimento proposto na sua área do conhecimento procure trabalhar a escrita e a reescrita de frases, parágrafos, respeitando as margens do caderno, ou seja, a organização/estética, pois o aluno está em fase de desenvolvimento, dessas habilidades; • Permitir ao aluno dar respostas orais.

Fonte: Documento cedido pela professora Roberta (2021).

Na ficha de avaliação é relatado a(s) dificuldade(s) educacional especial de cada estudante. Também é elaborado pelas professoras da Sala de Recursos uma ficha para a professora da sala regular (a mesma não pode ser cedida), contendo laudos médicos que comprovam a deficiência do estudante, objetivando informar a professora sobre a necessidade de atendimento especial na sala de recursos. Por outro lado, o professor da sala regular também pode encaminhar um aluno para a sala de recurso, se notar essa demanda.

4 DESAFIOS E ATUAÇÃO DOCENTE NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Para compreendermos os desafios dos professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncional, é necessário conhecermos como a Sala de Recursos é definida por diferentes autores, quais são as funções dos educadores desse espaço educacional, qual a formação é demandada para os educadores desse espaço e alguns aspectos que caracterizam a implementação da Sala como espaço didático-pedagógico na escola.

De acordo com Alves (2006):

as salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas, em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (ALVES 2006, p. 13):

E define que:

a sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para a sua aprendizagem e as atividades de complementação curricular. (ALVES, 2006, p. 14).

Com base nas definições elaboradas por Alves (2006), notamos que a sala de recursos multifuncionais é entendida como um espaço que poderá ser utilizado para atendimento das diversas necessidades especiais. Quanto à formação do professor da sala de recursos, Alves (2006), afirma:

o professor da sala de recursos multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros. (ALVES, 2006, p. 17).

Podemos notar que o professor, para atuar nessa modalidade de ensino, deve ter realizado curso de formação continuada, habilitando para seu trabalho pedagógico. Somando à ideia de formação inicial, a formação continuada do professor também é algo relevante de ser apontado. Batista (2007) esclarece que:

a formação continuada de professores é mais uma **estratégia fundamental** para atualização e aprofundamento do conhecimento pedagógico comum e especializado.

Esta formação, preferencialmente acontecerá, a partir dos próprios casos em atendimento, pois esse é um material vivo, que propicia uma visão subjetiva que o professor responsável pela sala de aula ou por esse atendimento terá para dar conta da complexidade dos alunos e do seu processo de aprendizagem. É primordial que se leve em consideração o caráter subjetivo dessa formação, para que não se caia nas malhas da generalização do atendimento, seja por patologias, por métodos, técnicas, receituários pedagógicos e/ou fornecidas por outras especialidades. (BATISTA, 2007, p. 27). (Grifos nossos).

Notamos que a formação continuada ocorre quando o professor já é atuante no ensino escolar. No exercício do trabalho na escola, a formação continuada é uma forma de o professor atualizar e aprofundar seu conhecimento didático-pedagógico, ao interagir com casos que atenderá. Para Batista (2007):

não se pretende através dessa formação tornar o professor especializado em deficiência mental ou em outras deficiências um profundo conhecedor de psicologia, psicanálise, sociologia, fonoaudiologia, fisioterapia ou mesmo medicina. (BATISTA, 2007, p. 27).

Batista (2007) explica que, para a realização dessa formação continuada, é necessário um número significativo de horas e é desejável que essa formação esteja no cronograma e calendário escolar. Na formação haverá momentos em que só os professores estarão juntos, e também terão encontros com especialistas de diferentes áreas, isto em função das diferentes atribuições demandadas aos educadores que utilizam a Sala de Recursos Multifuncionais.

Segundo Alves (2006, p. 17), o educador que utiliza sala de recursos multifuncionais tem como atribuição:

- Atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo;
- Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades especiais em todas as atividades da escola;
- Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
- Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;
- Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento a necessidades educacionais especiais dos alunos;

- Preparar material específico para uso dos alunos na sala de recursos;
- Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;
- Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade;
- Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Nota-se que as atribuições aos professores da sala de recursos são inúmeras, o que gera múltiplos **desafios** a eles. Embora os educadores sejam formados e/ou estejam participando das formações continuadas, Rodrigues (2006, p. 168) relata que “é consensual a afirmação de que a formação de que dispõem os professores, hoje, no Brasil, não contribui suficientemente para que seus alunos se desenvolvam como pessoas, tenham sucesso nas aprendizagens escolares e, principalmente, participem como cidadãos detentores de direitos e deveres na chamada sociedade do conhecimento. E prossegue:

não se trata de responsabilizar pessoalmente os professores pela insuficiência das aprendizagens dos alunos, mas de considerar que muitas evidências vêm revelando que a formação de que dispõem não tem sido suficiente para garantir o desenvolvimento das capacidades imprescindíveis para que crianças e jovens não só conquistem sucesso escolar, mas principalmente, capacidade pessoal que lhes permita plena participação social num mundo cada vez exigente sob todos os aspectos. (Referências para a formação de professores. (BRASIL, 1998, p. 17 APUD RODRIGUES, 2006, p. 168).

Rodrigues (2006), refletindo sobre a formação de professores, aponta para a necessidade de que ela se insira no movimento de profissionalização fundamentado na concepção de competência profissional. E o desenvolvimento dessa competência exige metodologias pautadas na articulação teoria-prática, na concepção de situações-problema e na reflexão sobre atuação profissional. Verifica que nesse contexto, a atuação do professor tem como dimensão principal a docência, mas a qual não se restringe a ela, inclui também a participação em projetos educativos, a produção de conhecimento.

Para o autor supracitado, essa formação deve incluir programas/conteúdos que desenvolvam competências de um profissional intelectual para atuar em situações singulares. Rodrigues (2006) entende que:

como processo de contínuo e permanente de desenvolvimento, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional condições para continuar aprendendo. (TARDIF, 2002, p. 177 APUD RODRIGUES, 2006, p. 169).

Percebemos, a partir das falas dos autores, que a formação especializada aos professores envolvidos na modalidade de Educação Especial é de fundamental importância, no sentido de que o educador (a) venha entender o seu papel na educação inclusiva e construir uma identidade docente com foco nesta modalidade de ensino da educação básica.

4.1 “Resistência” à implementação da Educação Inclusiva

em relação à implementação da proposta da inclusão educacional escolar encontramos: resistências de muitos professores e familiares; dúvidas de outros que se declaram preocupados com o “desmonte” da educação especial e, também, a aprovação e o entusiasmo de não poucos. (EDLER CARVALHO, 2004, p. 26).

De acordo com Edler Carvalho (2004), a resistência dos professores e de alguns pais é explicada em razão da insegurança no trabalho educacional escolar a ser realizado nas classes regulares, com os alunos com deficiência. Para o autor,

famíliares referem-se ao temor de que a inserção de seus filhos nessas classes não contribua, na intensidade desejada, para sua aprendizagem. Ponderam que as escolas não estão “dando conta”, dos ditos normais que, cada vez mais, saem da escola sabendo menos. E os pais destes alunos alegam que o nível do ensino se prejudica, porque os professores precisam atender aos ritmos e limitações na aprendizagem dos alunos com deficiências, em detrimento de seus filhos “normais”. (EDLER CARVALHO, 2004, p. 27).

Observamos que há divergência de pensamentos, pois familiares afirmam que as escolas não estão dando conta dos alunos “normais” e dizem que o ensino é prejudicado pelo fato dos professores terem que atender aos ritmos e limitações dos alunos com deficiência,

Quanto aos professores, Gaio *et al.* (2010), afirma:

alguns professores já têm claro que a inserção é possível, porque tiveram experiências que lhes demonstraram essa possibilidade; outros estão em busca dessa certeza e se empenham por encontrá-la, em suas aulas, nos cursos e nos grupos de estudos que frequentam. Há infelizmente, os que tentam, porém não conseguem se libertar de preconceitos e de hábitos enraizados, que não lhes permitem fazer uma releitura de suas atuações, á luz de novos propósitos e procedimentos educacionais. (GAIO ET AL, 2010, p. 81).

Segundo Gaio *et al.* (2010), alguns professores afirmam que não estão preparados para enfrentar as diferenças nas salas de aulas, isto ocorre quando surgem alguns problemas de aprendizagem nas turmas, e também quando eles têm que resolver caso de indisciplina na sala de aula. De acordo com esses autores, as situações reais devem ser consideradas, mais tais situações acabam se transformando em eventos gigantes, em razão da insegurança do professor, pelo medo de enfrentar o novo.

Gaio *et al.* (2010) acreditam que o apoio aos professores, de professores mais experientes ou alguém do grupo de trabalho, é importante, para que esses problemas sejam resolvidos na sua devida dimensão. Por outro lado, Edler Carvalho (2004, p. 122) relata que:

[...] poucos professores mencionaram, como barreiras, suas atitudes frente à diferença; alguns as atribuem ao sistema, que nem lhes oferece os justos proventos, nem as condições necessárias para o trabalho na diversidade; também não foram poucos os que localizam as barreiras nas famílias.

Para Edler Carvalho (2004), os professores evidenciaram as barreiras que eles próprios enfrentam, justificando a necessidade de que sentem de receber ajuda e apoio para enfrentar os obstáculos.

Já Mantoan (2011), entende que:

[...] é importante ter uma escuta da prática pedagógica destes profissionais, criar situações para que possam refletir sobre o que significa aquela forma de atuar em sala de aula. Portanto, não se pode esperar que, na formação dos professores, todos desenvolvam no mesmo ritmo e no mesmo nível todas as competências necessárias ao trabalho profissional. (MANTOAN, 2011, p. 144).

Com base em Mantoan (2011), nota-se a importância de ouvir os professores que atuam nessa modalidade de ensino, em relação à necessidade por entender seu percurso e o ritmo que cada um tem para adquirir as devidas competências necessárias ao trabalho didático-pedagógico.

Cabe a todos os envolvidos remover as barreiras no sistema educacional, barreiras que podem ser entendidas desde a figura do porteiro da escola até os que ocupam postos de chefia na escola. (EDLER CARVALHO, 2004).

Nota-se que, ao longo da história da educação brasileira, o trabalho didático na modalidade de ensino da Educação Especial tem sido por muitos motivos de insegurança. Observamos muitos educadores temerosos e pais que não acreditam que seus filhos possam aprender.

5 O QUE DIZEM AS EDUCADORAS SOBRE SUAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Para entendermos os desafios enfrentados pelas professoras no trabalho pedagógico cotidiano na sala de recursos multifuncionais, faz-se necessário compreendermos o percurso de sua formação profissional, a partir de suas declarações. Isso porque entendemos que:

[...] **os professores também são aprendentes**. Leva-se em conta a diversidade e as diferenças que compõem o corpo docente da escola. É neste lugar que o professor avança no modo de produzir sua ação e, assim, vai transformando sua prática. **É importante considerar o ponto de vista de cada professor**, respeitar as diferenças de percursos, pois, apesar destes profissionais compartilharem experiências semelhantes, cada um reage de acordo com as características de sua personalidade, seus recursos intelectuais, emocionais, afetivos, seu estilo de aprendizagem, crenças, experiências pessoais e profissionais, entre outras. (MONTTOAN, 2011, p. 144). (Grifos nossos).

Sabemos que no espaço escolar, cabe aos participantes da Educação Especial realizar o atendimento ao grupo de estudantes que apresenta alguma deficiência, dado que é um direito constitucional da pessoa e que precisa ser assegurado

Neste estudo, buscamos conhecer “quem são” os educadores que atuam na Sala de Recursos de uma escola pública estadual da cidade de Tocantinópolis, no estado do Tocantins. Com base em duas entrevistas com educadoras da escola, pudemos notar alguns desafios encontrados por essas educadoras, assim como estratégias metodológicas que utilizam, dentre outros fatores que revelam como o ensino na modalidade da Educação Especial da escola é constituído.

5.1 Quem são as professoras da sala de Recursos Multifuncionais

A partir dos relatos das professoras, percebemos que elas atuam há anos na modalidade de ensino da Educação Especial. A professora Roberta leciona na rede estadual tocantinense há mais de 20 anos como professora efetiva e há seis anos na modalidade de Educação Especial. Enquanto a professora Fabrícia atua há 12 anos nessa modalidade de ensino. Durante as entrevistas, as professoras relataram parte de sua vida profissional no magistério, como podemos observar nos trechos de anotações sobre as entrevistas em diário de campo, a seguir:

Trecho 1:

no dia 04/02/2021 aconteceu a primeira entrevista com uma professora da Educação Inclusiva, que aqui denominaremos Roberta. Ela é efetiva, formada em Pedagogia, tem especialização em Psicopedagogia em Educação Inclusiva e em Educação Especial. A professora Roberta declarou que cursou Libras, curso de extensão. Cumpre uma carga horária de trabalho de quarenta horas semanais, na escola (DIÁRIO DE CAMPO, 04/06/2021).

Trecho 2:

conversarmos com a segunda professora da sala de Recursos Multifuncional da escola, a qual identificaremos por Fabrícia. A professora Fabrícia é formada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia, Informática na educação e Educação Especial Especializada. Ela afirma trabalhar 40 horas semanais. (DIÁRIO DE CAMPO, 02/06/2021).

Ambas as professoras são efetivas na rede estadual tocantinense, cursaram Pedagogia e curso em nível de pós-graduação vinculado à área de atuação profissional, ligada à modalidade de ensino da Educação Especial.

Nota-se que as professoras que lecionam na Sala de Recursos Multifuncional da escola realizam diversos cursos como parte de sua formação continuada. Diversos deles foram ofertados na Diretoria de Ensino ou Secretaria Estadual de Ensino, ambas localizadas no município de Tocantinópolis, tal qual podemos observar no relato da professora Fabrícia:

[...] nós passamos por **formações em Libras** né, pela **SEDUC** e também **nós mesmo desenvolvemos atividades na escola** para envolver os professores da sala regular, e também **a UFT** a gente **tem uma parceria com o Estado**, a gente não o Estado tem uma parceria com a UFT e nós estamos fazendo, inclusive agora um curso, de acho 120 horas, com **deficiência intelectual, múltipla**, então assim a gente está, o Estado tem essas parceria com a universidade, e a gente consegue caminhar né, e assim nós buscamos também o próprio professor, nós fazemos semana pedagógica, nós as vezes **nós trabalhamos numa formação com os professores regulares**, as vezes não vem dá SEDUC, da Secretaria da Educação, mais mesmos pela necessidade a gente faz isso, por exemplo: todo início de ano na **semana pedagógica** quando é presencial nós fazemos a primeira reunião e já entregamos para todos os professores a relação dos alunos que vão ser atendido esse ano [...] (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Nas palavras da professora Fabrícia, notamos a presença institucional na oferta de cursos para formação continuada dos professores, pois como afirma ALVES (2006, p. 17), “o professor da Sala de recursos multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas especiais da educação especial para atendimento às necessidades especiais dos alunos”.

Nota-se também que as educadoras da escola atuam como formadoras no local de trabalho, desenvolvendo cursos para os professores das turmas denominadas “regular”. ALVES (2006, p. 17), no entanto esclarece que o professor da educação especial deve “atuar

de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo”.

A professora Roberta também confirma o desenvolvimento de cursos produzidos pelas educadoras na escola. Isso mostra que essas educadoras são produtoras de conhecimento voltado ao campo da educação especial no local de trabalho. Além disso, a professora Roberta aponta a realização permanente de cursos feita por ela. Para ela, a internet é um meio que traz inúmeras possibilidades de o educador desenvolver sua formação continuada, o que vai além da oferta de cursos planejados pelas agências educacionais locais, como podemos notar:

participo de formação não só oferecida pelo próprio estado, porque se você vê hoje a acessibilidade da **internet** ela te dá bastante oportunidade para isso, **o último que eu participei foi eu acho em novembro de 2019**, inclusive na verdade esse curso de formação foi na diretoria e foi um seminário e na oportunidade eu participei da formação, e também **dei uma palestra sobre essa questão da educação inclusiva**, foi o último que eu participei foi em novembro de 2019. Mas paralelo a esse curso, essa formação em específico oferecida pelo estado, é a própria **internet oferece muitos**, muitos mesmo, a questão não é um oferecimento é você participar e colocar em prática. Também eu estou fazendo no momento um **curso de extensão**, chamado **Curso de Extensão em Atendimento Educacional Especializado oferecido pela Seduc em parceria com a UFT**. Terá duração de 6 meses e contempla 4 módulos. (ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Ambas apontam a presença da universidade na escola, o que revela a importância de a universidade estreitar laços com as unidades escolares também para a oferta de cursos de curta duração, voltados à formação contínua dos professores das redes de ensino.

5.2 Desafios sob o ponto de vista das educadoras

A professora Fabrícia e a professora Roberta expuseram alguns desafios vinculados ao trabalho didático-pedagógico desenvolvido junto aos estudantes deficientes, na Sala de Recursos Multifuncional da escola. Para Roberta, os desafios

são inúmeros, se eu fosse listar aqui a gente demoraria uma manhã inteira. Quando eu entrei na sala de recursos, especificamente há seis anos atrás, eu confesso que fiquei meio, não é **desesperada**, mas **sem chão**, porque **é uma realidade que eu não tinha costume de ver, como essa modalidade de ensino ela é pouco vista tanto no espaço da escola, como na questão do Estado**. Na época que eu entrei claro, então era uma situação muito difícil mesmo e o maior desafio que eu penso é questão de você **fazer cursos**. Você até estuda sobre, mas você, muitas vezes, se limita em por isso em prática, talvez **o desafio maior que eu vejo é esse, essa dificuldade de reconciliar teoria e prática**. Como eu tenho muito tempo de experiência com relação a sala de aula talvez esse não seja assim um grande desafio

para mim especificamente, porque eu **sempre tive o cuidado de fazer o que eu leio**, o que eu falo é mais assim no sentido geral é esse é um desafio que eu percebo que é a ideia de colocar teoria e a prática juntos (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

As palavras da professora Roberta revelam sentimentos em relação à sua atuação profissional junto aos estudantes deficientes matriculados na escola – “desesperada”, “sem chão”. Nesses momentos iniciais de trabalho na modalidade, a professora pode ter sentido algumas ausências, quer seja quanto à atenção que essa modalidade de ensino precisa ter via políticas educacionais ou por outras razões que ela resume como “situação difícil”.

Ao mesmo tempo em que revela um caminho (trilhado pelos gestores, educadores, pais e estudantes deficientes) árduo e repleto por desafios específicos da modalidade de ensino, ela mostra um desafio que atinge todos os educadores – o equilíbrio entre teoria e prática. Embora, aponte que seus anos de experiência como professora torne esse equilíbrio algo menos penoso, ao afirmar: “sempre tive o cuidado de fazer o que eu leio”, esse desafio é algo presente em todas as modalidades da educação.

Outro desafio apontado como “um dos maiores” recai sobre a resistência dos pais quando a escola identifica indícios de deficiência em seus filhos. “Um dos desafios é trabalhar com a família”, afirma a professora Fabrícia, durante a entrevista:

os desafios maiores que a gente tem é primeiro que alguns pais tem resistência quando a gente identifica que tem a deficiência. [...] o professor começa a dizer oh o aluno tal não tá rendendo, ele não faz a atividade e aí a gente descobre que ele não sabe ler. A gente chama a família e para a família é uma surpresa: “ah, o meu filho não é assim, meu filho não tem problema”. **Um dos desafios é trabalhar com a família** (ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Essa professora aponta o desafio vinculado à relação entre professores de turmas regulares de ensino e elas, professoras da Sala de Recursos:

outro desafio que a gente tem também que ainda tá melhorando, mais **ainda é difícil é o professor da sala regular compreender**, ou seja, ele tem 36 alunos e tem 3 especial na sala, **difícilmente ele tem esse olhar para aquele menino**, então assim nós estamos trabalhando aqui na escola **tentando fazer essa parceria entre professor da sala regular e professor do AEE**, para que esse menino que está lá, esse aluno ele seja assistido de acordo as necessidades que ele tem. Então, assim a gente está avançando nesse sentido, é um desafio mais a gente já está caminhando viu. (ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

A vivência como educadora da modalidade de ensino da educação especial nos faz ver que a dinâmica de trabalho didático não é algo tranquilo, mas acontece em meio à dinâmica escolar, repleta por demandas para os professores. É demandado aos professores

“olhar para aquele menino”, desenvolver “parceria”, no sentido de melhor desenvolver as atividades pedagógicas junto a todos os estudantes. Quando ela afirma que “a gente está avançando” / “a gente está caminhando”, ela nos informa que o trabalho didático, junto a esse grupo de alunos, é um processo que envolve diversos agentes escolares e familiares, por exemplo.

Outro desafio relatado é sobre a questão do rótulo dos alunos que utilizam a sala de recursos e como os participantes da escola representam a sala de recursos (“não era bem vista”) – o desafio é a superação de visões deturpadas que estereotipam os estudantes e não contribui para o avanço e inclusão deles na escola e na vida.

o professor já recebe a pasta, já recebe com a deficiência e já recebe dizendo como e quais são os indicativos que a gente não pode dizer que fulano é autista, porque fulano é, tem deficiência intelectual, a gente fala que ele tem indicativo ou sinais do autismo, e aí nesse sentido a gente conversa com o professor para trabalhar, e a escola ela está sempre preocupada com esse lado, e assim eu também vejo que nós crescemos nesse sentido, porque antes a sala de Recursos ela não era bem vista, nem pelo diretor da escola, aquela sala afastada aonde fica os meninos diferentes, então a professora, essa é a professora dos meninos especiais, então assim a gente passou por esse rotulo né, mais melhorou! (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Referente à questão acima, ALVES (2006, p. 11), afirma que “o processo de inclusão educacional exige mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo e o rompimento com atitudes discriminatórias que tem impedido o acesso de determinados alunos às classes comuns do Ensino Regular.

Observamos que o preconceito quanto aos alunos com necessidades especiais e as professoras que atuam nesta modalidade de ensino vêm de dentro da própria instituição escolar, e não parte apenas dos alunos da sala regular, no relato da professora Fabrícia a mesma descreve o preconceito vindo inclusive do próprio gestor da instituição escolar.

Desta forma, Alves (2006, p. 10) esclarece que [...] “para eliminar as barreiras centradas nas atitudes é preciso desfazer a cultura da segregação, desmistificar a ideia de que deficiência esta associada à incapacidade”. [...].

Já de acordo com Batista (2007, p. 11) [...] “O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação que afeta as escolas e a sociedade em relação às pessoas com deficiência em geral” [...]. E cita:

O sociólogo Erving Goffman desenvolveu uma estrutura conceitual: a estigmatização, para definir essa reação diante daquele que é diferente e que acarreta um certo descrédito e desaprovação por parte das demais pessoas. Freud, em seu trabalho sobre Estranho também demonstra como o sujeito evita aquilo que lhe parece estranho e diferente, mais que no fundo remete a questões pessoais e mais íntimas do próprio sujeito. (BATISTA, 2007, p.11).

Segundo Batista (2007), a resistência institucional acaba contribuindo para aumentar e manter a discriminação. Isto de acordo com a autora se dar pelo fato da instituição estar presa ao conservadorismo e à estrutura de gestão dos serviços públicos educacionais, desta forma a escola continua norteadada por mecanismos elitistas de promoção dos melhores alunos em todos os níveis.

Como explica Mantoan (2011, p. 33) é necessário firmar a necessidade de repensar e de romper com o modelo educacional elitista de nossas escolas e de reconhecer a igualdade de aprender como ponto de partida, e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada.

Já em relação ao apoio das famílias dos estudantes deficientes, os desafios enfrentados de acordo com a professora Roberta:

olha considerando a quantidade de alunos que nós temos hoje na escola, eu diria que se eu fosse colocar na porcentagem **70% dos nossos pais eles colaboram conosco**, infelizmente não é cem por cento, mais já uma quantidade significativa porque a mesma ideia que nós dispomos de profissionais que vem um aluno com deficiência como aquele que não vai avançar, que é só cumprir o protocolo nós temos essa concepção também que os pais, quando ele se ver com o filho que tem esse tipo de deficiência, que tem uma limitação para aprender, a tendência dele é se angustiar, o que a gente chama de período de luto, e aí até o momento em que ele entende que ele tem direito, que ele pode avançar dentro da limitação dele é bem difícil, quando você encontra os pais que eles tem esse entendimento, independente de ter escolaridade ou não fica muito mais fácil, mas quando você não tem fica mais difícil, você tem que fazer um convencimento tanto dos que estão dentro da escola, quanto do próprio pai e da família em si, entendeu? E isso é muito difícil aqui na escola a gente conseguir esse percentual, é com muito sacrifício, chamando os pais, entendendo que, fazendo que ele entendesse que ele tem direito, que é preciso que ele ajude em casa. Nós tínhamos alunos, por exemplo, que eles nunca tinham feito uma atividade em casa, ou seja, ele passou a vida toda estudando, porque nós uma escola de ensino médio, e da segunda fase do ensino fundamental e que ele nunca se viu como um aluno, levar atividade de casa, de ser cobrado, então tudo isso são um processo, não é porque ele tem limitação, que ele não vai conseguir avançar e o pai tem que entender isso, então aqui na escola a gente tem essa oportunidade de ter os pais, a grande maioria como os nossos parceiros, isso faz toda a diferença. (ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Observamos no relato acima, que nem todos os pais colaboram com o aprendizado do filho e que a porcentagem de 70% foi conquistada a custo de muito sacrifício, o que não era para ser dessa forma já que uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social.

Sobre o **apoio da família**, a professora Fabrícia responde:

nós temos **um outro problema** o pai vem na escola, o responsável, a gente conversa, mais na maioria dos casos, os alunos que tem dificuldade precisam desse atendimento familiar, psicológico e da escola, **a maioria são pais analfabetos, ou então também os pais tem deficiência**. Mais assim eles aceitam o que a gente faz, ou seja, **nós temos um aluno que a mãe tem que pagar um professor para fazer a atividade com ele, agora no ensino remoto porque ele não dá conta né, então**

assim a família é no começo foi muito difícil, mais a grande maioria são participativos. [...], a família a gente chama na escola quando tem um problema.

Como podemos observar a professora Fabrícia aponta a pouca escolarização dos pais ou o fato de alguns pais também tem alguma deficiência como um desafio para o avanço dos filhos na escola.

Outro desafio que podemos destacar é sobre a questão da adolescência como fase “vergonhosa” para participação na sala de recursos (está ligado aos “rótulos” – “muitos são tachados de CAPS”):

nós temos um problema que eu não citei ainda, e você também não me perguntou, por exemplo: **E o aluno quando ele já passa para o ensino médio ele quer ficar na sala de recursos? Não senhora, ele já rapazinho, ele está com vergonha, as moças tem vergonha, quando a gente vai na sala levar um recado, eu não posso chamar o aluno, eu tenho que dá para o coordenador, e ele chamar. Então essa questão aí tu pode colocar uma observação né, que os alunos quando eles são menores no ensino fundamental é ótimo, mais depois eles são chamados olha o especial, olha o menino da sala de recursos, e aí o que nós começamos fazer integrar esse menino, integrar não, no caso deles é integrar na inclusão, o da sala regular lá dentro, e começou eles mesmo vim pedi ajuda para a gente na hora das atividades, mais muitos são tachados de CAPS e outras coisas mais viu. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).**

Como podemos observar muitos são os desafios que as professoras da Sala de Recursos Multifuncionais enfrentam. São inúmeras as situações apontadas, inclusive as que acontecem no âmbito escolar e que acaba colocando todo um trabalho por água a baixo, pois segundo as professoras as mesmas acabam tendo que fazer uma segunda inclusão, ou seja, uma se dá quando os alunos estão no ensino fundamental e outra quando esses alunos passam para o ensino médio, tudo em razão do preconceito sofrido na própria instituição escolar.

5.2.1 Estratégias metodológicas

Na visão das professoras, a metodologia utilizada na Sala de Recursos dependerá do estudante, assim, as estratégias metodológicas utilizadas são amplas. Desta forma procuramos nos informar sobre as **estratégias metodológicas** utilizadas por ela para atender as necessidades educacionais dos alunos da sala de recursos, a professora Roberta relata que:

depende do aluno, por exemplo, na sala de recursos, por isso que o nome é multifuncional, o que acontece tem alunos de todas as especificidades, tem o autista, tem o aluno surdo, tem com baixa visão, tem o cego. Aqui no caso da escola nós não temos alunos cegos, é a única deficiência que a gente não tem, mas tem um aluno com **surdez**, tem um aluno com **baixa visão, autista, intelectual**. Então, **a primeira coisa que você tem que dispor com relação à metodologia é recursos**

didáticos, então, por exemplo, o aluno com baixa visão, ele tem que ter lupa, ter uma reglete (instrumento para leitura em braile) para ele poder fazer a leitura, o material tem que ser bem ampliado, tem que saber escolher a letra também, usar bastante e com relação à questão do intelectual tem que usar recursos que possam viabilizar a ideia do conceito, ou seja, **para ele abstrair o conceito ele precisa ter alguma coisa que ele manipule para que ele possa entender aquilo que você está explicando**, então material dourado, alfabeto móvel enfim, com relação ao autista que também atendemos, primeira coisa observar a sala de aula, você não pode trabalhar com autista com a sala cheia de coisas na parede, geralmente em sala de recursos você vê alfabeto, é número, é um emaranhado de coisas na parede, **quando você vai atender o autista é importante que você retire ou cubra, que você foque naquilo que você quer ensinar naquele momento, quanto mais a sala está cheia de coisas menos você vai ter atenção dele**, então o autista, e outra coisa é importante que você atenda ele com duas ou três pessoas no máximo ou sozinho, porque ele tende a se retrair quando tem muita gente, então o autista também tem toda uma estratégia para trabalhar com ele. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Como podemos observar, a metodologia utilizada dependerá da necessidade do aluno, pois as professoras atendem alunos com varias especificidades, ou seja, cada aluno apresenta uma característica particular, e é em cima dessa necessidade que a professora procurará a metodologia adequada.

Segundo ALVES (2006, p. 14), “no atendimento, é fundamental que o professor considere as diferentes áreas do conhecimento, os aspectos relacionados ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para a sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular”.

Já a professora Fabrícia, em relação as estratégias metodológicas utilizada, esclarece:

as estratégias da sala de recursos normais mesmo, que os meninos já estejam adaptados são assim os meninos que estudam pela manhã que é o ensino médio, eles são atendidos à tarde, no total de duas horas semanais. Essas duas horas semanais podem ser divididas. Eles podem vir mais de uma, mais de duas vezes na semana se eles quiserem, a gente tem um trabalho a mais do que é permitido. E as estratégias são o mais simples possível [...], além dessa metodologia de **adaptar as atividades**, quando a gente atende no presencial, nós trabalhamos com habilidades - desenvolver habilidades que esse aluno possa melhorar na sala regular, por **exemplo: não consegue ler direito, eles não entendem que é deficiente intelectual, eles não têm um sentimento de abstração. Quando o professor faz alguma coisa que usa o raciocínio lógico, ele não consegue e aí nós trabalhamos essas atividades para estimular esse lado do aluno e ele render mais na sala de aula**. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Referente ao exposto acima, ALVES (2006, p. 14), afirma que em “uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e matérias, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais”.

Podemos observar que desenvolver estratégias metodológicas acaba sendo um **desafio** também, já que as professoras tem de atender uma diversidade de estudantes que apresentam deficiências distintas, cada estudante precisa ser visto individualmente, tem necessidades de instrumentos didáticos diferenciados e de estratégias metodológicas distintas.

5.2.2 Ações promovidas pela escola como estratégias metodológicas

As **ações** que a escola desenvolve para atendimento dos alunos com deficiência também são utilizadas como estratégia metodológica, é o que podemos ver no relato da professora Roberta:

a primeira ação que a gente sempre faz é fazer um **diagnóstico** de todos os alunos, então todo início de ano os alunos são listados, os que a gente já conhece, a gente faz um **dossiê** dele todo o ano acrescentando o que precisa, retirando o que não é adequado, os que são novatos a gente sempre vai a escola que eles estudavam para colher informações, buscar algum laudo se tiver, e **a partir desse diagnóstico a gente organiza nossa proposta de ensino**, às vezes o aluno precisa de todas as atividades e provas adaptadas às vezes não, às vezes ele já está no ensino médio e sabe ler, às vezes ele não sabe. Então a primeira situação é essa questão do diagnóstico, e aí depois a gente traça estratégia dependendo do que a gente conseguiu colher com ele. (ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Também as formações com os professores da sala de recursos juntamente com os professores da sala regular vem somar, é uma troca onde ambos relatam a situação de cada ambiente, e esta troca acaba gerando benefícios seja arquitetônica ou em ações inclusivas, é o que podemos observar no relato da professora Fabrícia:

a gente faz essas formações com os professores, a gente, mais você pode colocar que, durante o planejamento pedagógico, nós não é todos mais assim pelo menos de 15 em 15 dias a gente senta com os professores, isso é promovido pela escola, **a gente senta com os professores para fazer essa troca**, como é que está o aluno? E a gente passa a situação do AEE, e a gente recebe a situação da sala regular. Então **a escola** ela está preocupada, ela já **fez adaptações arquitetônica, já temos os banheiros adaptados, as salas de Recursos nós conseguimos espaço só para nós**, não sei se você viu! Tem bebedouro, agora tem um banheiro, porque a gente sofria muito com o banheiro, então a escola ela está se adaptando né, as **rampas**, que acessibilidade, como é que vai para a biblioteca, então assim, a escola ela também no PPP, não sei se você observou, tu pode até colocar, **no PPP tem sempre as ações inclusivas**, que somos nós que elaboramos, as duas professoras elabora, eu a professora Roberta, a gente passa para a coordenação, e aí eles vão ficar lá junto com o PPP ações inclusivas, e aí lá todo ano a gente tem essas ações de aquisições de materiais, de formação continuada, então assim se tu pegar, não sei se você conseguiu visualizar o PPP, eu tenho ele meio destruturado se você quiser lhe passo por email, mais está sempre as ações viu, aí a **aquisição de material didático** a gente não tem assim ainda, que a **sala de Recursos ela tem que ser adaptada, complementada com computador, mesa redonda, armário, com todos tipos de jogos, nós ainda não recebemos do MEC**, a gente trabalha com material que a

gente mesmo constrói com eles, produz. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Recursos tecnológicos são essenciais em uma sala de recurso, como podemos observar acima na fala da professora Fabrícia. Alves (2006, p 19), explica que “a tecnologia assistiva é classificada em várias áreas de especialização importantes no processo educacional, sendo entendida como recursos para alunos cegos ou com baixa visão; surdos, ou com déficit auditivo; com deficiência mental; com deficiência física, superdotados, destacando-se o material escolar pedagógico adaptado; a edequação de postura (mobiliário); a mobilidade; a comunicação aumentativa e alternativa; a informática acessível e os projetos arquitetônicos para acessibilidade, entre outros.

Na fala da professora Fabrícia, acima, nota-se que a professora também trabalha com materiais construídos/produzidos juntamente com os alunos. Isto nos lembra as afirmações de Alves (2006, p. 19), quando ela afirma que “no processo educacional, poderão ser utilizadas nas salas de recursos, tanto a tecnologia avançada, quanto os computadores e softwares específicos, como também os recursos de baixa tecnologia, que podem ser obtidos ou confeccionados artesanalmente pelo professor, a partir de materiais que fazem parte do cotidiano escolar”.

5.2.3 Integração ou Inclusão sob o ponto de vista das educadoras

Quanto à compreensão relacionada ao trabalho escolar, se a escola faz um trabalho de *integração* ou *inclusão*, a professora Roberta aponta:

olha infelizmente não é só a escola que trabalho, **o Brasil em si ele não realiza um trabalho de inclusão**, ele tenta, mas ele não consegue, entendeu, porque quando você fala de inclusão, você está colocando um grupo trabalhando nas mesmas condições e tendo as mesmas possibilidades de acesso a tudo, infelizmente o Brasil no ensino não conseguiu fazer isso, então a gente está caminhando para a inclusão, mas a gente não tem esse processo efetivado. A gente tem de integração entendeu, e às vezes até de exclusão, mais de inclusão o Brasil ainda tá muito longe disso, por exemplo, á um ano atrás nós tínhamos um aluno surdo então ele não tinha um interprete, quem trabalhava com ele dentro da sala de aula era os professores, que nenhum sabia libras, as vezes eu me disponha a ajudar dentro da sala de aula, mais eu tava na sala de recursos, ou seja esse aluno ele era integrado, ele não era incluso, porque faltava lhe a comunicação, e não foi por falta de solicitar um interprete não, nós solicitamos centenas de vezes, inclusive temos os documentos guardados, porque que a gente não foi contemplado não sei te dizer, mas a gente fez essa solicitação a necessidade de uma interprete, durante os três anos que ele permaneceu na nossa escola e a gente não foi contemplada, todos os anos nós pedíamos várias vezes, então isso é só um exemplo de que nós estamos dentro de um processo de integração infelizmente e não de inclusão, não é uma situação especifica da escola, é uma situação do país em si, eu só vou te dar só mais um exemplo, quando a gente tá trabalhando com um aluno deficiente você chega na escola, esse aluno chega na escola e você pensa o seguinte, vocês tem dois caminhos a percorrer, ou você tem a

ideia de que ele consegue progredir e que ele vai conseguir avançar mesmo com a limitações dele, você tenta de toda a forma e tem o professor regular para colaborar ou você já barra naquela ideia de pensar, não ele é deficiente e ele não vai conseguir, então se ele não vai conseguir eu não vou me dispor a fazer nada para isso eu vou aprová-lo automaticamente, então essa é uma concepção que reforça a integração, você tira dele a possibilidade dele conseguir avançar dentro das habilidades dele, então você tira a possibilidade da inclusão e você reforça a integração e essa situação da inclusão não é uma questão que eu vou aprender lendo, vendo palestra, assistindo um filme, que muitas vezes os professores, principalmente os pedagogos adora esses filmes, não é assim que eu vou aprender, a inclusão é uma questão de concepção de um, não é a minha visão que vai mudar, é a minha atitude para com o outro, não essas poucas situações que a gente tentar fazer até nos cursos de formações e a gente também participa enquanto professor que vai mudar essa ideia de inclusão não, a mudança da inclusão é uma questão de concepção de mundo, de compromisso e de caráter, infelizmente ela independe de ações externas, eu posso assistir vários filmes, lê o texto que eu quiser, se eu não tiver essa pré-disposição para entender o que é inclusão nada feito (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Observamos que a professora mostra não somente a escola em que trabalha, mas faz uma análise geral e, em sua visão, no Brasil não se tem ainda a inclusão.

Já a professora Fabrícia, lembra que no início trabalhava a integração, mas com a sala de recursos implantada na escola ela acredita estar avançando rumo à inclusão:

olha eu no início, **em 2015, nós trabalhávamos a integração**, ou seja, nós **não tínhamos a sala de Recursos**, o aluno, ele estava lá integrado junto com os demais, e ele estava lá naquele meio de 30 alunos e aquele menino despercebido, então ali eu estava só fazendo essa integração, ele está no meio, aí depois **com sala de Recursos aí sim eu senti que a gente estava na perspectiva da inclusão dos alunos com deficiência né, porque começou a ver esse aluno e conhecer as especificidades, os indicativos de deficiência de cada um, aí assim eu vejo que a escola está crescendo nesse sentido**. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Sabemos que é de fundamental importância que haja nas escolas ou colégios profissionais que possam dar suporte para aquele determinado aluno ser incluso. Alves (2006, p. 15), esclarece:

Além do atendimento educacional especializado realizado em salas de recursos ou centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentro da própria classe comum, como, por exemplo, os serviços de tradutor e interprete de Libras e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnológicas assistivas, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a Constituição Federal de 1988 garante o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência. Segundo Batista (2007, p. 9) no Artigo 208, da Constituição é determinado que este atendimento ocorra em uma rede regular de ensino. E esclarece:

- a) esse atendimento refere-se ao que é necessariamente diferente da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, complementando a educação escolar e devendo estar disponível em todos os níveis de ensino;
- b) é um direito de todos os alunos com deficiência que necessitem dessa complementação e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e/ou pelo próprio aluno;
- c) o “preferencialmente” na rede regular de ensino significa que esse atendimento deve acontecer prioritariamente nas unidades escolares, sejam elas comuns ou especiais, devidamente autorizada e regidas pela nossa lei educacional. A constituição admite ainda que o atendimento educacional especializado pode ser oferecido fora da rede regular de ensino, já que é um complemento e não um substitutivo do ensino ministrado na escola comum para todos os alunos;
- d) o atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas das escolas comuns, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais;
- e) as ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo de deficiência que se propõe a atender. Como exemplo, para alunos com deficiência auditiva o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, de Português, como segunda língua, ou para alunos cegos, o ensino do código “Braille”, de mobilidade e locomoção, ou o uso de recursos de informática, e outros;
- f) os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da formação básica em Pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe a atender. Assim como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções do professor responsável pela sala de aula das escolas comuns que têm alunos com deficiência incluídos.

De acordo com Batista (2007, p.17), este atendimento educacional especializado decorre de uma nova visão da Educação Especial, sustentada legalmente e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente do currículo do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

Alves (2006) aponta que os avanços da educação inclusiva mostram que os sistemas educacionais estão em processo de transformação e já refletem uma visão que transpõe a concepção tradicional de ensino, alterando o paradigma de educação das pessoas com necessidades especiais. E afirma:

a iniciativa de implementação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, a sua participação e aprendizagem. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos. (ALVES, p. 12, 2006).

Potanto, os dois; escola comum e atendimento educacional especializado precisam acontecer concomitantemente, pois um beneficia o desenvolvimento do outro e jamais esse benefício deverá caminhar linear e seqüencialmente, como se acreditava antes. (BATISTA, p. 23, 2007).

Desta forma o presente trabalho de pesquisa procurou mostrar os desafios dos professores da sala de Recursos Multifuncional, mostrando o trabalho realizado para com os seus alunos. A educação inclusiva é um trabalho totalmente complexo, e é complementar pois a mesma não substitui o trabalho da sala de aula regular.

Assim, objetivo geral e específicos de nossa pesquisa foram atendidos. Conseguimos informações além do que foram perguntados em nosso questionário. Uma delas foi sobre o *preconceito*, que atinge tanto docentes que trabalham com esta modalidade de ensino, como alunos da sala de recursos.

Não bastasse o preconceito sofrido fora dos muros da própria escola, nos deparamos com o preconceito velado dentro da própria instituição de ensino, que inclui gestor, professores e alunos da sala comum, que acabam destruindo todo um trabalho e desmotivando alunos “especiais” a prosseguir e a ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

E ainda por cima nos deparar com falas sobre a inclusão como a do ministro da Educação Milton Ribeiro que de acordo com o site UOL (2021) afirmou que no “inclusivismo” crianças com deficiência “atrapalhavam” o aprendizado de outros alunos sem a mesma condição.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira *et al.* **Sala de recursos multifuncionais**: espaços para atendimento educacional especializado – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006; 36 p.

AUGUSTO, Cleiciele. *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, out./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>. Acesso em: 16 maio. 2022.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [3.ed.]/ Cristina Abranches Mota, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília: MEC, SEESP, 2007; 68 p.

BRASIL. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200).

BRASIL. **Declaração** Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, **1994, Salamanca** (Espanha). Genebra: UNESCO, **1994**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05/01/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 73 p.

BRASIL. MEC/SEESP – **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (documento elaborado pelo grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela portaria n 948, de 9 de outubro de 2007).

BRASIL. MEC - **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008). Brasília, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004. 176 p.

GAIO, Roberta *et al.* **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér *et al.* **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo**. Universidade de Uberaba Campus Aeroporto. Mestrado em Educação. Disponível em: <https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf>. Acesso em 04/01/2021.

Ministro diz que aluno com deficiência “atrapalha” e bate boca com Romário. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/08/17/romario-e-ministro-trocam-ofensas-apos-fala-sobre-alunos-com-deficiencia.htm>. Acesso em 20/08/2021.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

TOCANTINÓPOLIS. **Proposta Pedagógica Inclusiva**. Colégio Dom Orione, 2020a.

TOCANTINÓPOLIS. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Dom Orione, 2020b.

TOCANTINÓPOLIS. Documento do quadro de matrículas do Sistema de Gerenciamento Escolar Seduc. Colégio Dom Orione, 2021.

ANEXOS

Roteiro de entrevista

1. Qual o seu nome completo?
2. Qual a sua formação?
3. Você é professor (a) efetivo ou contratado?
4. Qual é a sua carga horária como professor da educação especial?
5. Quanto tempo tem que você atua na educação especial?
6. Como você se utiliza das novas metodologias para atender as necessidades educacionais dos seus alunos?
7. Quais os desafios enfrentados ao atuar na sala de Recursos Multifuncionais?
8. Quais as estratégias metodológicas utilizadas por você para atender as necessidades educacionais dos alunos da sala de Recursos?
9. Há ofertas de cursos de formação para os professores que atuam na sala de Recursos? Você sabe precisar a data do último curso ofertado e o tema abordado?
10. Especifique as ações que o colégio desenvolve para atendimento do aluno com deficiência?
11. Você considera que hoje o colégio realiza um trabalho de integração, inclusão ou outros?
12. Sabemos que a educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais, vocês têm esse apoio da família do aluno.

Os Relatos das educadoras da escola

A primeira entrevista

No dia 04/02/2021 aconteceu a primeira entrevista com uma professora da Educação Inclusiva, que aqui denominaremos Roberta. Ela é efetiva, formada em Pedagogia, tem especialização em Psicopedagogia em Educação Inclusiva e em Educação Especial.

A professora Roberta declarou que cursou Libras, curso de extensão em nível um e nível médio. Cumpre uma carga horária de trabalho de quarenta horas semanais, na escola. Roberta afirma atuar na educação inclusiva há seis anos, mas trabalha com esse público desde quando começou a ser professora, há vinte anos.

Em relação a estratégias metodológicas utilizadas para atender as necessidades educacionais dos seus alunos da Sala de Recursos, Roberta afirma que o uso de estratégia metodológica:

depende do aluno, por exemplo, na sala de recursos, por isso que o nome é multifuncional, o que é que acontece tem alunos de todas as especificidades, tem o autista, tem aluno com surdez, tem com baixa visão, tem o cego. Aqui no caso da escola nós não temos alunos cegos, é a única deficiência que a gente não tem, mas tem um aluno com **surdez**, tem um aluno com **baixa visão, autista, intelectual**. Então, **a primeira coisa que você tem que dispor com relação à metodologia é recursos didáticos**, então, por exemplo, o aluno com baixa visão, ele tem que ter lupa, ter uma reglete (instrumento para leitura em braile) para ele poder fazer a leitura, o material tem que ser bem ampliado, tem que saber escolher a letra também, usar bastante e com relação à questão do intelectual tem que usar recursos que possam viabilizar a ideia do conceito, ou seja, **para ele abstrair o conceito ele precisa ter alguma coisa que ele manipule para que ele possa entender aquilo que você está explicando**, então material dourado, alfabeto móvel enfim, com relação ao autista que também atendemos, primeira coisa observar a sala de aula, você não pode trabalhar com autista com a sala cheia de coisas na parede, geralmente em sala de recursos você vê alfabeto, é número, é um emaranhado de coisas na parede, **quando você vai atender o autista é importante que você retire ou cubra, que você foque naquilo que você quer ensinar naquele momento, quanto mais a sala está cheia de coisas menos você vai ter atenção dele**, então o autista, e outra coisa é importante que você atenda ele com duas ou três pessoas no máximo ou sozinho, porque ele tende a se retrair quando tem muita gente, então o autista também tem toda uma estratégia para trabalhar com ele. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Descrito as estratégias pela professora Roberta, procuramos saber em seguida quais os desafios enfrentados ao atuar na sala de recursos multifuncionais:

são inúmeros, se eu fosse listar aqui a gente demoraria uma manhã inteira, quando eu entrei na sala de recursos especificamente há seis anos atrás, eu confesso que fiquei meio, não é desesperada, mas sem chão, porque **é uma realidade que eu não tinha costume de ver, como essa modalidade de ensino ela é pouco vista tanto no espaço da escola, como na questão do Estado**. Na época que eu entrei claro, então era uma situação muito difícil mesmo, e o maior desafio que eu penso é

questão de você **fazer cursos**, você pode até estudar sobre, mais você muitas vezes se limitar em por isso em pratica, talvez **o desafio maior que eu vejo é esse, essa dificuldade de reconciliar teoria e pratica**, como eu tenho muito tempo de experiência com relação a sala de aula talvez esse não seja assim um grande desafio para mim especificamente, porque eu sempre tive o cuidado de fazer o que eu leio, o que eu falo é mais assim no sentido geral é esse é um desafio que eu percebo que é a ideia de colocar teoria e a pratica juntos. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

E sabendo da importância de cursos de formação para os professores que atuam na sala de recursos, procuro saber sobre este curso e qual foi a data do último **curso ofertado** e o **tema abordado**, a qual descreve:

olha particularmente é, eu sempre **participo de formação não oferecida pelo próprio estado**, porque se você vê hoje a acessibilidade da **internet** ela te dá bastante oportunidade para isso, **o último que eu participei foi eu acho em novembro de 2019**, inclusive na verdade esse curso de formação foi na diretoria e foi um seminário e na oportunidade eu participei da formação, e também **dei uma palestra sobre essa questão da educação inclusiva**, foi o último que eu participei foi em novembro de 2019. Mas paralelo a esse curso, essa formação em especifico oferecida pelo estado, é a própria **internet oferece muitos**, muitos mesmo, a questão não é um oferecimento é você participar e colocar em pratica. Também eu estou fazendo no momento um **curso de extensão**, chamado **Curso de Extensão em Atendimento Educacional Especializado oferecido pela Seduc em parceria com a UFT**. Terá duração de 6 meses e contempla 4 módulos. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Descritos os cursos dos quais participou, procuramos saber também da professora sobre as **ações** que a escola desenvolve para atendimento do aluno com deficiência, que esclarece:

a primeira ação que a gente sempre faz é fazer um **diagnóstico** de todos os alunos, então todo início de ano os alunos são listados, os que a gente já conhece, a gente faz um **dossiê** dele todo o ano acrescentando o que precisa, retirando o que não é adequado, os que são novatos a gente sempre vai a escola que eles estudavam para colher informações, buscar algum laudo se tiver, e **a partir desse diagnóstico a gente organiza nossa proposta de ensino**, às vezes o aluno precisa de todas as atividades e provas adaptadas às vezes não, às vezes ele já está no ensino médio e sabe ler, às vezes ele não sabe. Então a primeira situação é essa questão do diagnóstico, e aí depois a gente traça estratégia dependendo do que a gente conseguiu colher com ele. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Em seguida perguntamos a professora se ela considera que hoje em dia a escola realiza um trabalho de **integração, ou inclusão**, que explica:

olha infelizmente não é só a escola que trabalho, **o Brasil em si ele não realiza um trabalho de inclusão**, ele tenta, mas ele não consegue, entendeu, porque quando você fala de inclusão, você está colocando um grupo trabalhando nas mesmas condições e tendo as mesmas possibilidades de acesso a tudo, infelizmente o Brasil no ensino não conseguiu fazer isso, então a gente está caminhando para a inclusão, mas a gente não tem esse processo efetivado. A gente tem de integração entendeu, e às vezes até de exclusão, mais de inclusão o Brasil ainda tá muito longe disso, por exemplo, á um ano atrás nós tínhamos um aluno surdo então ele não tinha um interprete, quem trabalhava com ele dentro da sala de aula era os professores, que nenhum sabia libras, as vezes eu me disponha a ajudar dentro da sala de aula, mais

eu tava na sala de recursos, ou seja esse aluno ele era integrado, ele não era incluso, porque faltava lhe a comunicação, e não foi por falta de solicitar um interprete não, nós solicitamos centenas de vezes, inclusive temos os documentos guardados, porque que a gente não foi contemplado não sei te dizer, mas a gente fez essa solicitação a necessidade de uma interprete, durante os três anos que ele permaneceu na nossa escola e a gente não foi contemplada, todos os anos nós pedíamos várias vezes, então isso é só um exemplo de que nós estamos dentro de um processo de integração infelizmente e não de inclusão, não é uma situação especifica da escola, é uma situação do país em si, eu só vou te dar só mais um exemplo, quando a gente tá trabalhando com um aluno deficiente você chega na escola, esse aluno chega na escola e você pensa o seguinte, vocês tem dois caminhos a percorrer, ou você tem a ideia de que ele consegue progredir e que ele vai conseguir avançar mesmo com a limitações dele, você tenta de toda a forma e tem o professor regular para colaborar ou você já barra naquela ideia de pensar, não ele é deficiente e ele não vai conseguir, então se ele não vai conseguir eu não vou me dispor a fazer nada para isso eu vou aprová-lo automaticamente, então essa é uma concepção que reforça a integração, você tira dele a possibilidade dele consegui avançar dentro das habilidades dele, então você tira a possibilidade da inclusão e você reforça a integração e essa situação da inclusão não é uma questão que eu vou aprender lendo, vendo palestra, assistindo um filme, que muitas vezes os professores, principalmente os pedagogos adora esses filmes, não é assim que eu vou aprender, a inclusão é uma questão de concepção de um, não é a minha visão que vai mudar, é a minha atitude para com o outro, não essas poucas situações que a gente tentar fazer até nos cursos de formações e a gente também participa enquanto professor que vai mudar essa ideia de inclusão não, a mudança da inclusão é uma questão de concepção de mundo, de compromisso e de caráter, infelizmente ela independe de ações externas, eu posso assistir vários filmes, lê o texto que eu quiser, se eu não tiver essa pré-disposição para entender o que é inclusão nada feito. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

Sabendo que a educação de alunos com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais, perguntamos a professora se elas têm esse **apoio da família** do aluno:

olha considerando a quantidade de alunos que nós temos hoje na escola, eu diria que se eu fosse colocar na porcentagem **70% dos nossos pais eles colaboram conosco**, infelizmente não é cem por cento, mas já uma quantidade significativa porque a mesma ideia que nós dispomos de profissionais que vem um aluno com deficiência como aquele que não vai avançar, que é só cumprir o protocolo nós temos essa concepção também que os pais, quando ele se ver com o filho que tem esse tipo de deficiência, que tem uma limitação para aprender, a tendência dele é se angustiar, o que a gente chama de período de luto, e aí até o momento em que ele entende que ele tem direito, que ele pode avançar dentro da limitação dele é bem difícil, quando você encontra os pais que eles tem esse entendimento, independente de ter escolaridade ou não fica muito mais fácil, mas quando você não tem fica mais difícil, você tem que fazer um convencimento tanto dos que estão dentro da escola, quanto do próprio pai e da família em si, entendeu? E isso é muito difícil aqui na escola a gente conseguir esse percentual, é com muito sacrifício, chamando os pais, entendendo que, fazendo que ele entendesse que ele tem direito, que é preciso que ele ajude em casa. Nós tínhamos alunos, por exemplo, que eles nunca tinham feito uma atividade em casa, ou seja, ele passou a vida toda estudando, porque nós uma escola de ensino médio, e da segunda fase do ensino fundamental e que ele nunca se viu como um aluno, levar atividade de casa, de ser cobrado, então tudo isso são um processo, não é porque ele tem limitação, que ele não vai conseguir avançar e o pai tem que entender isso, então aqui na escola a gente tem essa oportunidade de ter os pais, a grande maioria como os nossos parceiros, isso faz toda a diferença. (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA ROBERTA, DIA 04/02/2021). (Grifos nossos).

A entrevista com a professora Roberta foi finalizada com sucesso, por conta da covid-19 a mesma acabou por gerar algumas expectativas (de que forma realizar a entrevista), assim a mesma ocorreu de forma presencial (mantendo a distancia recomendada pelo Ministério da Saúde e utilizando máscara), cuja duração foi de quatorze minutos e cinquenta e sete segundos também utilizaram o watsapp para sanar algumas dúvidas que ocorreram durante a escrita do trabalho.

02/06/2021

A segunda entrevista

No dia 02/06/2021 foi a vez de conversarmos com a segunda professora da sala de Recursos Multifuncional da escola, a qual identificaremos por Fabrícia. A professora Fabrícia é efetiva na rede de ensino tocantinense e é formada em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia, Informática na educação, e Educação Especial Especializada. Ela afirma trabalhar 40 horas semanais e seu trabalho tem foco na Educação Especial, há 12 anos.

Procuramos saber da professora sobre as estratégias metodológicas utilizadas por ela para atender as necessidades educacionais dos alunos da sala de recursos, ela relata que:

as estratégias da sala de recursos normais mesmo, que os meninos já estão adaptados são assim os meninos que estudam pela manhã que é o ensino médio ele são atendidos à tarde no total de duas horas semanais, e essa duas horas semanais podem ser divididas. Eles podem vir mais de uma, mais de duas vezes na semana se eles quiserem, a gente tem um trabalho a mais do que é permitido. E as estratégias são o mais simples possível. [...] além dessa metodologia de **adaptar as atividades** quando a gente atende no presencial, nós trabalhamos com habilidades, desenvolver habilidades que esse aluno possa melhorar na sala regular, **por exemplo: não consegue ler direito, eles não entendem que é deficiente intelectual, eles não têm um sentimento de abstração. Quando o professor faz alguma coisa que usa o raciocínio lógico, ele não consegue, e aí nós trabalhamos essas atividades para estimular esse lado do aluno e ele render mais na sala de aula!** (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Quanto aos **desafios** enfrentados ao atuar na sala de Recursos Multifuncionais, e a professora Fabrícia comentou:

os desafios maiores que a gente tem é primeiro que alguns pais tem resistência quando a gente identifica que tem a deficiência, que as vezes essa deficiência ela é encontrada, ela é diagnosticada dentro da sala de aula, o professor começa a dizer oh o aluno tal não tá rendendo, ele não faz a atividade, e aí a gente descobre que ele não sabe ler, e a gente chama a família, e a família é uma surpresa ah o meu filho não é assim, meu filho não tem problema, um dos desafios é esse trabalhar com a família. **Outro desafio** que a gente tem também que ainda tá melhorando, **mas ainda é difícil é o professor da sala regular compreender**, ou seja, ele tem 36 alunos e tem 3 especial na sala, **difícilmente ele tem esse olhar para aquele menino**, então assim nós estamos trabalhando aqui na escola tentando fazer essa parceria entre professor da sala regular e professor do AEE, para que esse menino que está lá, esse aluno ele seja assistido de acordo as necessidades que ele tem. Então assim a gente está avançando nesse sentido, é um desafio mas a gente já está

caminhando viu! (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Em seguida procuramos nos informar se há **oferta de cursos de formação** para os professores que atuam na sala de Recursos, e a professora Fabrícia comentou:

tem! Inclusive nós passamos por **formações em Libras** né, pela **SEDUC** e também **nós mesmo desenvolvemos atividades na escola** para envolver os professores da sala regular, e também a **UFT** a gente **tem uma parceria com o Estado**, a gente não o Estado tem uma parceria com a UFT e nós estamos fazendo, inclusive agora um curso, de acho 120 horas, com **deficiência intelectual, múltipla**, então assim a gente está, o Estado tem essas parceria com a universidade, e a gente consegue caminhar né, e assim nós buscamos também o próprio professor, nós fazemos semana pedagógica, nós as vezes **trabalhamos numa formação com os professores regulares**, as vezes não vem dá SEDUC, da Secretaria da Educação, mais mesmos pela necessidade a gente faz isso, por exemplo: todo início de ano na **semana pedagógica** quando é presencial nós fazemos a primeira reunião e já entregamos para todos os professores a relação dos alunos que vão ser atendido esse ano, por exemplo: são 16 alunos no ensino médio, 12 no fundamental, aí o professor já recebe a pasta, já recebe com a deficiência e já recebe dizendo como e quais são os indicativos que a gente não pode dizer que fulano é Autista, porque fulano é, tem deficiência intelectual, a gente fala que ele tem indicativo ou sinais do autismo, e aí nesse sentido a gente começa com o professor para trabalhar, e a escola ela está sempre preocupada com esse lado, e assim eu também vejo que nós crescemos nesse sentido, porque antes a sala de Recursos ela não era bem vista, nem pelo diretor da escola, aquela sala afastada aonde fica os meninos diferentes, então a professora, essa é a professora dos meninos especiais, então assim a gente passou por esse rotulo né, mais melhorou! (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Pedimos em seguida que a professora especifique as **ações** que o colégio desenvolve para atendimento do aluno com deficiência:

a gente faz essas formações com os professores, a gente, mas você pode colocar que durante o planejamento pedagógico, nós não é todos mais assim pelo menos de 15 em 15 dias a gente senta com os professores, isso é promovido pela escola, **a gente senta com os professores para fazer essa troca**, como é que está o aluno? E a gente passa a situação do AEE, e a gente recebe a situação da sala regular. Então **a escola** ela está preocupada, ela já fez **adaptações arquitetônica, já temos os banheiros adaptados, as salas de Recursos nós conseguimos espaço só para nós**, não sei se você viu! Tem bebedouro, agora tem um banheiro, porque a gente sofria muito com o banheiro, então a escola ela está se adaptando né, as **rampas**, que acessibilidade, como é que vai para a biblioteca, então assim, a escola ela também no PPP, não sei se você observou, tu pode até colocar, **no PPP tem sempre as ações inclusivas**, que somos nós que elaboramos, as duas professoras elabora, eu a professora Roberta, a gente passa para a coordenação, e aí eles vão ficar lá junto com o PPP ações inclusivas, e aí lá todo ano a gente tem essas ações de aquisições de materiais, de formação continuada, então assim se tu pegar, não sei se você conseguiu visualizar o PPP, eu tenho ele meio destruturado se você quiser lhe passo por email, mais está sempre as ações viu, aí a **aquisição de material didático** a gente não tem assim ainda, que **a sala de Recursos ela tem que ser adaptada, complementada com computador, mesa redonda, armário, com todos tipos de jogos, nós ainda não recebemos do MEC**, a gente trabalha com material que a gente mesmo constrói com eles, produz! (TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Buscamos saber da professora, se ela considera que hoje a escola realiza um trabalho de **integração ou inclusão**:

olha eu no início, **em 2015, nós trabalhávamos a integração, ou seja, nós não tínhamos a sala de Recursos**, o aluno, ele estava lá integrado junto com os demais, e ele estava lá naquele meio de 30 alunos e aquele menino despercebido, então ali eu estava só fazendo essa integração, ele está no meio, aí depois **com sala de Recursos aí sim eu senti que a gente estava na perspectiva da inclusão dos alunos com deficiência né, porque começou a ver esse aluno e conhecer as especificidades, os indicativos de deficiência de cada um, aí assim eu vejo que a escola está crescendo nesse sentido!**(TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

Sabemos que a educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Sobre o apoio da família, a professora Fabrícia responde:

como eu disse anteriormente **tínhamos** resistência né, resistência da aceitação dos pais, mas também nós temos um **outro problema** o pai vem na escola, o responsável, a gente conversa, mas na maioria dos casos, os alunos que tem dificuldade precisam desse atendimento familiar, psicológico e da escola, **a maioria são pais analfabetos, ou então também os pais tem deficiência. Mas assim eles aceitam o que a gente faz, ou seja, nós temos um aluno que a mãe tem que pagar um professor para fazer a atividade com ele, agora no ensino remoto porque ele não dá conta né, então assim a família é no começo foi muito difícil, mas a grande maioria são participativos, a família a gente chama na escola quando tem um problema**, agora nós temos um problema que eu não citei ainda, e você também não me perguntou, por exemplo: **E o aluno quando ele já passa para o ensino médio ele quer ficar na sala de recursos? Não senhora, ele já rapazinho, ele está com vergonha**, as moças tem vergonha, quando a gente vai na sala levar um recado, eu não posso chamar o aluno, eu tenho que dá para o coordenador, e ele chamar. Então essa questão aí tu pode colocar uma observação né, **que os alunos quando eles são menores no ensino fundamental é ótimo, mais depois eles vão para o Ensino Médio, são chamados olha o especial, olha o menino da sala de recursos, e aí o que nós começamos fazer integrar esse menino, integrar não, no caso deles é integrar na inclusão, o da sala regular lá dentro, e começou de eles mesmos virem pedir ajuda para a gente na hora das atividades, mas muitos são tachados de CAPS e outras coisas mais viu!**(TRECHO DE ENTREVISTA COM PROFESSORA FABRÍCIA, DIA 02/06/2021). (Grifos nossos).

A segunda entrevista assim como a primeira foi bem sucedida. A mesma aconteceu de forma presencial (mantendo a distancia recomendada pelo Ministério da Saúde e utilizando máscara), e teve duração de 11 minutos e quarenta e nove segundos, também utilizamos o watszap para sanar algumas dúvidas que ocorreram durante a escrita do trabalho.



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você, professor (a), está sendo convidado (a) a participar desta entrevista de pesquisa vinculado a meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, intitulado: Desafios e atuação docente na sala de recursos multifuncional em uma escola pública estadual da cidade de Tocantinópolis - TO, sob orientação da professora Dr^a Miriam Martinez Guerra (e-mail: mmg@mail.uft.edu.br). Afirmando que seu nome não aparecerá no trabalho, nem o nome da escola e que suas palavras serão utilizadas, exclusivamente, para fins acadêmicos relacionados a minha pesquisa em andamento. Deixo meu contato, caso necessário para maiores explicações: (63) 981334179 e-mail: dalilamoraidesousa@hotmail.com.

Ao aceitar meu convite, por favor, assine essa folha:

_____, _____/_____/2021.

(Nome do professor e data)